LUMEN ET VIRTUS

A profissão de sociólogo-sociologia: Os preceitos teórico-prático, as práticas técnicas e os procedimentos profissionais do conhecimento do mundo humano

https://doi.org/10.56238/levv15n39-152

Mauro Cesar Rocha da Silva
Graduado em Ciências Sociais, habilitação em Ciência Política, pela Universidade Federal do Acre - UFAC (1998)
Mestrado e doutorado em Ciências Sociais, em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – CPDA-UFRRJ (2012)
Pós doutorado em Sociologia Política pela Universidad de la Havana, Cuba (2015)
É Coordenador do Grupo de Pesquisa Cosmologia Humana: os sistemas políticos, os fatores da pessoa e o processo evolutivo da condição humana do Centro de Filosofia e Ciência Humanas da Universidade Federal do Acre – CFCH-UFAC

Ester Roberto da Silva
Foi bolsista do Grupo de Pesquisa Cosmologia Humana no Projeto de Pesquisa PIBIC-UFAC
Análise sintética da ciência social e dos sistemas políticos e sua correspondência com o progresso humano no período de 2022-2023 e do Projeto de Pesquisa PIBIC-UFAC
A profissão de sociólogo: os preceitos teórico-prático, as práticas técnicas e os procedimentos profissionais, no período de 2023-2024
Estudante do Curso de Bacharelado de Ciências Sociais da UFAC

RESUMO

No século XIX com a constituição do sistema capitalista a vida social convivia com uma situação de crise e patologias sociais que colocavam em risco a própria sociabilidade do sistema político em evidência. Neste momento pensadores e intelectuais filosóficos e naturalistas consideraram a necessidade de um campo de estudo científico que estudasse as causas e as origens dos distúrbios e problemas sociais: surge a sociologia – ciência da direção e orientação da sociedade. O seu processo de institucionalização resultou na profissionalização do sociólogo ou cientista social e na constituição escolar de vastas áreas de ensino e pesquisa. Hoje a formação do sociólogo apresenta-se defasada para a resolução dos problemas contemporâneos em razão sobretudo de algumas inconsistências teórico-metodológica que ainda não foram diagnósticas ou definidas com maior precisão e sistematicidade metódica como, por exemplo. o tema da subjetividade que têm trazido todos os tipos de formas de percepções erráticas e deixado a ciência social à mercê de todo tipo antagonismo, oposições e ambiguidades de interesses divergentes e de pontos de vistas. Com o uso do método hipotético-dedutivo-indutivo da ciência social e procedimentos de métodos e técnicas de investigação, identificou-se que a ciência social constituiu-se sobre bases solidas de fundamentos científicos que remontam ao pensamento grego antigo, e tal como havia anunciado Augusto Comte, quando definiu a dimensão do social como unidade objetiva da sociologia, conferindo a sua objetividade o grau máximo, chegando mesmo a denominar a sociologia – a ciência da direção e organização da sociedade – como física social e matemática social pelo seu alto nível de precisão sociológica de seus procedimentos científicos em consonância com as interpretações e explicações do curso dos acontecimentos dos fatos ou fenômenos da vida em sociedade

Palavras-chave: Ciência Social, Sociologia, Racionalidade.

1 INTRODUÇÃO

Os sistemas políticos dirigem-se em tendência progressiva ou regressiva de acordo com o contexto histórico, a relação com o meio natural e mundo humano, e de acordo com ação humana e do seu sentido atribuído as suas orientações. Em sua tendência ele contém os filamentos fatorais das pessoas que vão se desprendendo em relação a estes aspectos mencionados se configurando em territórios e se expressando nas mais variadas formas de categoriais sociais, profissões, estamentos profissionalizantes para atender as necessidades do processo evolutivo que tal sistema política demanda. Os sistemas políticos, portanto, expressam as características e composições fatoriais das pessoas nas suas seis fatorações fundamentais – o político, o econômico, o religioso, o cultural, a consciência, o social – e vão se distribuindo de acordo com as necessidades de momento, com o contexto histórico, com a relação com o meio ambiente natural e social para garantir a sua tendência progressiva na atenção das necessidades substantivas deste mesmo sistema. Tal dimensão do social que dirige e orienta os sistemas políticos como expressão das fatorações da pessoa contém como aspecto principal de sua tendência um caráter psíquico que caracteriza a consciência humana – a noção de progresso humano – que enquanto procedimento psíquico encarrega-se de prover os processos fatoriais e expressá-los através de suas condições concretas na configuração do território político e de sua composição social por meio das mais variadas formas profissionalizantes e das mais variadas formas de procedimentos sociais e técnicos que garantam a estabilidade das relações sociais e suas interdependências de seus grupos, de seus estamentos, de suas categoriais profissionais, de seus segmentos técnicos com o objetivo de garantir a estabilidade do ordenamento social e seu desempenho de desenvolvimento humano em tendência de equilíbrio e/ou desequilíbrio.

A situação contemporânea dos sistemas políticos que se definiram no século XIX apresentando a sua configuração mais definida no sentido científico se expressou com a constituição da sociologia como ciência de orientação e direção das sociedades. A sociologia surge com a finalidade de identificação e definição das leis causais do progresso humano que dirigem as formas de sociabilidade tendo como finalidade orientar e dirigir as tendências dos sistemas políticos através da percepção científica que naquela época de surgimento do sistema capitalismo vivia em situação de caos. Os principais precursores foram Saint-Simom (1760-1825), Hegel (1770-1830), David Ricard (1772-1823), Charles-Louis Secondat Barão de Montestquieu (1690-1755) e os fundadores principais Augusto Comte (1798-1826), Karl Marx (1818-1883), sendo Emile Durkheim considerado o profissional levou a sociologia a sua disciplinarização, normatização e autonomia acadêmica em 1950 (MUCHIELLI, 2001)

Nos países desenvolvimento da Europa e EUA da década de 1950 a ciência social já se encontra em suas fases estabelecidas. No texto de Evaristo Morais Filho (1980) Regulamenta da Profissão de Sociólogo o autor menciona a Classificação Internacional dos Tipos de Profissão,

publicada em 1958, em que a profissão de sociológico aparece definida da seguinte maneira (tradição livre):

> sociólogo – o profissional de pesquisa da origem, evolução e modo de vida e relações sociais dos grupos humanos, interpretação das informações cientificas concernentes a coletividade, os costumes sociais, a família, e os outros fenômenos sociais, a intenção dos administradores, dos educadores, dos legisladores e dos outros grupos e ou instituições para mudança e resolução dos problemas sociais. É um ramo particular da sociologia um conjunto de disciplinas: a criminologia, a demografia, o estudo dos regimes penitenciários, a ecologia social, a patologia social, a sociedade rural, a sociedade urbana ou industrial (MORAES FILHO p. 63- 64)

No Brasil, a ciência social foi institucionalizada com a criação na cidade de São Paulo da Escola de Sociologia e Político em 1933; em 1934, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras; os departamentos de Sociologia e Antropologia criados em 1947. No ano de 1935 foi criado a Sociedade Brasileira de Sociologia – SBS vinculada a International Sociological Association desde 1950. No ano de 1954 foi organizado o primeiro seminário e simpósio de Sociologia na cidade de São Paulo e em 1954 em Belo Horizonte com o tema desenvolvimento e mudança social (MORAIS FILHO, 1980).

Neste processo de constituição da sociologia como ciência e do sociólogo ou cientista social como profissional da ciência do estudo das ações humanas e das suas formas organizacionais de existência, do seu processo de desenvolvimento progressivo e das modalidades de práticas sociais orientadas para os procedimentos objetivos das profissões e práticas profissionais de sua respectiva profissão foram registrados alguns problemas de incompatibilidade na formação sociológico no período contemporâneo e requerem um processo de avaliação para o aperfeiçoamento do próprio processos de formação profissional do sociólogo: i) houve um tratamento diferenciado da formação do bacharel e do licenciado; ii) foi dada uma importância as questões teóricas em detrimentos das práticas sociológicas para a preparação para o mercado de trabalho não acadêmico; iii) existem também uma defasagem na formação geral do sociólogo que não contempla os disciplinas didáticas e pedagógicas nas áreas de bacharelado e mesmo na pós-graduação. Baltar e Baltar (2017) observou que a formação do licenciado em sociologia ou ciência social e o bacharel na medida em que o bacharel é o profissional sociólogo que atua no campo das instituições do sistema político e não nas escolas ou universidades. Ele necessita de melhores e mais ampliadas competências profissionais e técnicas sobre a profissão sociológica que o prepare para o mercado de trabalho nos vários espaços em que ele atua. A predominância do aspecto intelectual sobre o aspecto operacional, da profissão nas instituições não-acadêmicas assim como ausência de competências e conteúdos didáticos pedagógicos constituem os vários problemas atualmente mencionados por trabalhos acadêmicos. Neste sentido este trabalho de pesquisa busca investigar os vários problemas relacionados a profissão do sociólogo e as competências que o contexto atual exige para que este campo científico e profissional se adapte as exigências de contexto e as competências profissionais para atenção da ação

profissional, técnica e intelectual de forma de coexistência neste período contemporâneo que se diferencia muito da sociologia do século XIX.

2 OBJETIVO GERAL

O objetivo geral desta pesquisa conste em investigar a trajetória da ciência social – sociologia – e da formação do sociólogo, seu processo de institucionalização e normatização e suas competências acadêmicas e profissionais no sentido de verificar sua correspondência com os contextos dos sistemas políticos contemporâneos.

2.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Investigar o processo de constituição da ciência social – sociologia – a constituição da profissão de sociólogo, sua delimitação profissional, suas atribuições técnicas e profissionais e seus afazeres, e as bases metodológicas de sua racionalidade científica e técnica.

3 METODOLOGIA OU MATERIAL E MÉTODO

A metodologia desta proposta de pesquisa sintética orienta-se pelo método hipotético-dedutivo- indutivo que considera que a análise e julgamento dos aspectos empíricos da realidade objetiva apresenta-se a percepção inteligível do observador através de uma formulação de enunciado probabilístico teórico-prático-observacional-empírico que o orienta baseado na experiência vivencial recorrente do passado constante considerando a seleção de um evento temático com seus fatos fenomênicos para a partir do exame de inquérito dele a posteriori mediante levantamento de fontes materiais e empíricas constatar a validade de sua postulação inicial ou redefinir suas premissas que informaram os dados coletados. Em outras palavras a investigação de uma realidade fenomênica pressupõe uma formulação inicial que oriente a pesquisa documental e material que por sua vez valida ou exige uma reformulação de seus questionamentos primeiros em termos de objetividade para as constatações conclusivas. Neste sentido a metodologia assim definida desta pesquisa postula o princípio básico da sociologia de que a ação social é constituída de sentido racional (Weber, 2005) e de que os agentes atuam baseado de que existe uma razão para eles fazerem o que fazem (BOURDIEU, 1987; 2004) sendo que o processo de desenvolvimento por este motivo na etapa da fase evolutiva em que ele se encontra do momento presente contém na realidade que o ambiente apresenta os desdobramentos de um procedimento deliberado, planejado, intencional, que seguiu a definição de objetivos e metas almejadas de direcionamentos que necessitam de constantes avaliações e diagnósticos para redefinição das intervenções que garantam sua tendência progressiva de desenvolvimento a partir dessa compreensão analítica pois a pesquisa científica postula de que além dos agentes agirem racionalmente eles deixam marcas nos contextos territoriais dos regimes políticos

onde atuam permitindo a correspondência entre sistema político e ação social de modo a permitir um mapeamento da relação de causalidade entre ciência e regime político e dos efeitos destas relações (problemas sociais, patológicos ou práticas normais) como resultado das implementação das

políticas de desenvolvimento humano. Neste sentido o método técnico aplicado que orientará esta investigação que visa identificar e qualificar a profissão do sociólogo – ou do cientista social – através da relação de uma investigação sobre as condições profissionais da ciência social – da formação do sociólogo instrumentalizar-se-á de informações científicas, textos científicos (teses, dissertações, livros acadêmicos, etc) para mapeamento situacional da profissão do sociólogo – cientista social – os níveis de conhecimento disponível em suas competências profissional nas instituições acadêmicas e nas atividades não acadêmicas em ciência social e de suas respectivas compreensões sociológicas para combinações somatórias das interseções de causalidade e efeitos entre ciência ou práticas progressivas profissionais e os processos de adaptação da profissão do sociólogo ou cientista social. Esta etapa de pesquisa será acompanhada por um mapeamento dos problemas sociais de adaptação da profissão do sociólogo, de seus processos de constituição como profissional da ciência social – que trata dos problemas e estudos sociais – a partir da realização de coleta de material documental, estatístico, jornalísticos, observação, sobre as condições problemas e condições promissoras destes ambientes pesquisados sobre a condição do sociólogo. Estas etapas permitirão produzir um desenho temático da relação ciência social – profissão do sociólogo e contexto histórico da profissão sua adaptação ou não adaptação – efeitos desta relação com resultados sintéticos para subsidiar as estratégias de intervenção para a profissionalização adaptativa do sociólogo no contexto contemporâneo do em termos de eficiência profissional, competência técnica para suas várias formas de atuação nos ambientes acadêmicos ou não acadêmicas das instituições de mercado e institucionais dos sistemas políticos contemporâneos com objetivo de promover a prosperidade e o progresso social do Estado do Acre.

4 RESULTADOS ESPERADOS

Realização de 1 levantamento bibliográfico sobre a ciência social – sociologia – e a profissão de sociólogo com o objetivo de identificar o processo de constituição e institucionalização deste campo disciplinar da sociologia e as bases de sua racionalidade científica e técnica.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

5.1 TEXTO SÍNTESE DA PROBLEMÁTICA DO PROJETO A PROFISSÃO DO SOCIÓLOGO: A CONSTITUIÇÃO DA SOCIOLOGIA COMO PROFISSÃO

Os sistemas políticos caminham em tendência de equilíbrio ou de desequilíbrios ou de maneira assimétrica ou simétrica a depender dos procedimentos que orientam as ações dos agentes

sociais se racionais ou irracionais se de formas de cooperação ou se de formas egoísticas. Os sistemas políticos seguem em tendências de equilíbrios ou de desequilíbrios considerando o contexto histórico, as condições contextuais naturais e o conhecimento disponível para a sobrevivência do sistema política e de seus diferentes grupos sociais que vão se constituindo pela divisão social do trabalho que aos poucos vai se diferenciando devido a necessidade de divisão das tarefas e dos afazeres do cotidiano nas diferentes modalidades de atividades produtivas e econômicas, os afazeres das tarefas residências, administrativas, organizativas, artesanais, comerciais, industriais, mediante as formas de abastecimento extrativistas e produtivos de alimentos, criação de animais, associadas as formas de proteção social de abrigo de vestimentas, e dos relacionamentos sociais cooperativos condizentes com as possibilidades de organização social que deem estabilidade e organicidade social. Neste processo de sobrevivência e constituição do sistema política ou da busca das formas de sobrevivência e organização do sistema político, da sua busca de organização e funcionalidade estruturantes com suas formas normativas e os procedimentos administrativos condizentes as modalidades de convivência mútua em sua configuração geográfica e administrativa que foram se definindo em grupos, em aldeia, em comunidades, em cidades estados em impérios com sua configuração geográfica de divisão do rural e do urbano – em que o ambiente urbano constituiu as atividades administrativas, governamentais, industriais e comerciais e os serviços urbanos e o ambiente rural se configurou como um espaço de produção do setor primário das atividades produtivas, extrativistas, criação de animais e produção agrícola e em espaço de vida e moradia – assim se configurou os sistemas políticos que chegaram a sua condição moderna dos tempos contemporâneos definidas de forma definitiva em termos geográficos e administrativos e nas suas mais variadas formas associativas com a separação de dois sistemas geopolíticos mundiais – os sistemas de tendências socialistas, cooperativistas e os sistemas de tendências capitalistas: egoísticos. Nos dias atuais convivem estes dois perfis de sistemas sociais com variações dos demais sistemas sociais como possibilidades mescladas destes e com características diferenciadas de oposição de interesses e de disputas sociais antagônicas distintas. Neste contexto de oposição de interesses, de antagonismos e processos de cooperação as formas de conhecimento social – a ciência social – variaram e ganharam importância maior ou menor nestes dois perfis de sistema sociais e embora a ciência social tenha sido reconhecida e constituída teórico-metodologicamente como a ciência do estudo do mundo humano desde finais do século XIX – com seu legado formulado pelos pré- socráticos dos séculos XII em diante a. C – de forma legitima a sua intervenção nos processos decisórios do desenvolvimento dos sistemas políticos sociais ainda não ganharam a importância de seu estatuto científico.

Todo a dinâmica organizacional e funcional estruturante dos sistemas políticos – e de suas categoriais profissionais trabalhista – com seus preceitos morais e princípios éticos de convivência mútua obedeceram essa tendência dinâmica de tal modo que as atividades profissionalizantes, os

trabalhos cotidianos os afazeres necessárias para a sobrevivência e abastecimento do sistema político e da sua organização dinâmica foram se constituindo aos poucos configuradas pelas necessidades de contexto, do conhecimento disponível, das condições geográficas e naturais favoráveis para os processos adaptativos e evolutivos da condição do humano organizado administrativamente de forma normativa com as condições de sociabilidades das relações sociais e humanas necessárias aos processos de cristalização das modalidades de práticas condizentes com as atividades produtivas e formais sociais de sociabilidade para a garantia da convivência coletiva dos diferentes grupos sociais profissionalizantes mesmo nas condições de antagonismo dinâmico. Na combinação das relações e dos contatos de formas cooperativas e egoísticas as modalidades de formas de sociabilidades obedeceram em múltiplas situações as condições de conflitos sociais que impulsionaram as distintas formas de disputas – de poder político e econômico – mesmo no contexto dos estabelecimentos das categoriais sociais profissionalizantes necessárias a manutenção e funcionalidade do sistema social para a produção profissional de objetos, mercadorias ou produtos necessários ao abastecimento do sistema político. Se tivéssemos que demarcar as formas de oposição dos interesses e da estruturação dos grupos de poder político que chegaram até o período contemporâneo nesta mesma dinâmica antagônica que dirigiram o sistema social ocidental de tendencia de desequilíbrio poderíamos definir como o estabelecimento do Império Romano deste a morte de Alexandre em 323 a. C. até a conquista do mundo helenizado pelos romanos no ano 30 a. C. (GUINER, 1982).

5.2 A DIMENSÃO DO SOCIAL – O CONHECIMENTO SOCIAL DO MUNDO HUMANO

Todo conhecimento científico moderno do mundo natural e do mundo humano foi criado na Grécia antiga (PROENÇA ROSA, 2012) do período aproximado que compreende os ´séculos XII a. C. e principalmente a partir do século VIII a. C. com as produções de Hesíodo e Heródoto por exemplo (GINER, 1982). A origem do pensamento científico racional ou a busca da compreensão do mundo natural e humano de forma racional através do uso da inteligência cognitiva e cognoscível e de seus vários recursos intelectuais como avaliação, análise, diagnóstico, síntese, julgamento, juízo, intuição está relacionada a uma forma de pensar que não fizesse uso de argumentos teológicos ou mitológicos daquele período de tempo da Grécia arcaica, uma maneira de pensar que pudesse compreender os fenômenos, os fatos sociais, os eventos, os acontecimentos a partir de suas evidências concretas e materiais que se expressassem nos fenômenos e na vida natural e humana de acordo com suas lógicas de realização e buscando identificar as suas regularidades, as suas recorrências, em uma palavras, as leis invariáveis do mundo natural e do mundo humano social. Neste sentido que o conhecimento da filosofia social daquele período Grego teve como primeiro campo disciplinar da ciência social: a História. A Ciência histórica foi a primeira forma de conhecimento social que precedeu o conhecimento da ciência social – da sociologia – devido ser nesta ciência onde se poderia buscar a

compreensão das recorrências e dos desenvolvimentos dos fenômenos, dos eventos e dos acontecimentos da forma tal qual eles aconteceram e de sua lógica e sentido inerente presente neles igualmente das suas estruturas institucionais que lhes sustentavam. Naquele período se considerou que a maneira mais eficiente ou mais produtiva para o processo de produção do conhecimento do mundo humano seria recorrer ao passado em busca das regularidades dos eventos e dos fenômenos sociais e das suas constâncias e recorrências, dos seus processos de mudanças e transformações e das formas como eles se procederam ao longo do tempo histórico procurando identificar as estruturas mentais dos agentes sociais e as estruturas materiais – tentando identificar as suas leis invariáveis que lhe davam ordenamentos, das suas instabilidades e/ou estabilidades e que encadeavam as suas ações institucionais e ações sociais materiais – que de forma simultânea e de coexistência foram constituindo e tecendo as institucionalidades sociais com seu carácter prescritivo e objetivo a partir dos sentidos atribuídos as ações concretas e pragmáticas, objetivadas em artefatos e institucionalidades e nas relações sociais de maneira cristalizada em procedimentos e modalidades de práticas sociais que seguiam e obedeciam as prescrições das orientações e dos sentidos visados que as estruturas sociais lhes atribuíam com suas causalidades e efeitos relacionados aos impulsos que os estimularam e os precederam.

Com estas investigações e constatações preliminares daquele período histórico se chegou a conclusão nos tempos da modernidade e contemporâneos de que a dimensão do social contém atribuições e atributos ontológicos que os orientam de acordo com as configurações das consciências de seus aspectos e propriedades disciplinares disponíveis e de suas estruturas materiais institucionais que lhes orientam as quais desprendem os processos de socialização e racionalização dos mundos – natural e social – através dos mecanismos cognitivos e racionais do intelecto que em contato com o meio natural e social e com as necessidades prementes da existência da vida que lhes contém para a manutenção existencial de sobrevivência e bem-estar material que permitem mecanismos intelectíveis de enfrentamentos dos desafios presentes nos contextos históricos para a busca do processo progressivo do desenvolvimento dos grupos sociais em evidência.

Nesse processo de desenvolvimento da racionalidade – do mundo natural e social – a lei do progresso humano ou a lei do regresso humano ganhou importância conceitual e pragmática devido as observações históricas tanto do mundo antigo Grego do século XII a. C. em que seus quatro séculos seguintes por alguma desregulação e patologia social produziram um período conhecido como período das trevas houve um processo regressivo das formas de vida social com a precarização das formas de linguagens, da escrita e mesmo do desempenho tecnológico, tendo sua fase de ascensão progressiva novamente a partir do século VIII a. C., assim como o período considerado medieval em que durante praticamente X séculos, do século V ao século XV da nossa era histórica, se conviveu com uma orientação teológico que marcou uma era de grande, obscurantismo, conservadorismo, miséria

e exploração social com o regresso e instabilidades de muitos modos de vida inclusive com os procedimentos de bloqueio do desenvolvimento racional, que somente a partir de finais do século XIV com o Renascimento (PROENÇA ROSA, 2012) e a partir do período considerado moderno – a partir do século XV – com as descobertas científica e as produções da filosofia e filosofia social com Francis Bacon (1561-1626), Galilei Galileu (1564- 1642), Rene Descartes (1596-1650), Isaac Newton (1642-1727), Charles Lois Montesquieu (1689-1755), John Locke (1632-1704), Jean Jacques Rousseau (1712-1778), Thomas Hobbes (1588-1679), René Descartes (1596-1650), Immanuel Kant (1721-1804), Jean Antoine Condorcet (1743- 1794), Jean Le Rond D´Alembert (1717-1783) etc, trouxeram a fase do progresso humano ao período que conhecemos como modernidade e período contemporâneo. Com estes movimentos científicos e estes movimentos de novas formas de percepções e ideias que se iniciaram com o Renascimento, Humanismo, Ilustração, os estudos modernos (PROENÇA ROSA, 2012; BARRY, 1971) acerca da lei do progresso humano e de seu processo de desenvolvimento racional constataram que através das observações históricas e do estudo do passado das sociedades antigas sobretudo a sociedade Grega e Romana a lei do progresso poderia ser considerada progressiva ou regressiva – progressiva quando orientada pela razão humana – regressiva quando orientada por mecanismo irracionais ou de natureza teológica e/ou monárquica teológica (teocracia) com os princípios irracionais dogmáticos. Com estas constatações científicas se passou a considerar a necessidade do afastamento dogmático do pensamento teológico obscurantista do período medieval e a considerar de forma positiva a possibilidade de o humano conseguir um avanço em direção a perfeição social da sociedade através da superação dos aspectos irracionais do sistema egoístico e conseguir um processo contínuo de evolução da condição humana baseado nos preceitos da racionalidade como orientador e guia das ações sociais utilizando-se dos mesmo preceitos e leis da ciência natural - constituída de leis invariáveis – e adotando este mesmo procedimento para a ciência social – o mundo humano que também é constituído de leis invariáveis – como já se havia comprovado pelos pensadores da Enciclopédia, Ilustração como Condorced, Vico, Kant em que os mesmo sugeriam que através da identificação destas leis invariáveis seria possível a identificação das causas dos problemas sociais e se poderia modificar tais problemas sociais para o estabelecimento da sociabilidade mediante a correção das instituições sociais, dos procedimentos legislativos e mediante a utilização dos processos educativos de igualdade se poderia melhorar o acesso das diferentes classes sociais para que o ensino chegasse as camadas sociais de trabalhadores e a mentalidade prática, pragmática e utilitaristas pudesse fazer parte das consciência socias das pessoas para que as mesmas visualizassem os efeitos libertadores das formas de pensar revolucionárias baseadas na inteligência racional.

Neste contexto geral do período do Renascimento, Ilustração, da Enciclopédia que abre a modernidade contemporânea que conhecemos hoje, iniciada a partir do século XV, John Bary (1971)

em seu livro A Ideia do Progresso e Salvador Giner (1982) em a História do Pensamento Social fazem um balanço das questões problemáticas daquele período histórico marcado por obscurantismo, dogmatismo e conservadorismo teológico e teocrático trazendo os aspectos de uma filosofia social, os mais relevantes para a compreensão do tema do conhecimento do mundo social – e do mundo natural que lhe antecedeu – e de suas implicações acerca da possibilidades de modificações e alterações do curso dos acontecimentos daquele momento em que a situação social se apresentava como uma das mais precárias possíveis. Neste período medieval – que podemos localizar de maneira didática como definição dos eventos importantes da história que definem o curso do mundo humano no período que compreende a queda do Império Romano no século V até a tomada de Constantinopla pela Turquia em 1453 – o seu traço mais importante e proeminente consistia no predomínio do pensamento judaico-cristão da cultura hebraica que proveio das 12 tribos hebreias que vivem na Palestina. As suas principais características além do pensamento judaico-cristão consistiam em um sistema político baseado no uso da terra por relações de vassalagem-dependência pessoa/familiar – denominado de sistema feudal – e o poder político deste mesmo sistema social estava repartido entre o monarca-imperador e o papa (GUINER, 1982). Este período medieval foi considerado por muitos autores – sobretudo o período do século V-VIII-IX – como um período de caos, confusão, obscurantismo, dogmatismo e bloqueio do pensamento racional e científico, um período dogmático, portanto, irracional. No sentido econômico, o mundo medieval foi um mundo baseado no trabalho servil e na existência dos latifúndios feudais. A atividade produtiva era a agricultura e criação de animais sobretudo para subsistência dos seus diferentes feudos que possuíam tamanhos variados pois obedeciam a uma relação de titulação dos senhores feudais. As estruturas mentais e as formas de percepções deste ambiente judaico-cristão medieval orientado por uma teologia que guiava as ações e a formas de comportamentos encontravam suas explicações numa teologia que justificava suas estruturas sociais que articulavam desde os camponeses-servos, os trabalhadores dos ofícios das corporações, mercadores, senhores feudais, monarcas e chefes clericais. No conjunto das estruturas mentais e das mentalidades que povoam as formas de consciências das pessoas e que davam unidade e estruturavam as relações de poder do sistema feudal merecem destaque a noção de pecado original que explicava uma série de situações partes do sistema como a justificativa das formas de desigualdades sociais que organizavam a estrutura medieval e dela também provinha a justificativa da degradação humana o que garantia a possibilidade do sistema social feudal produzir preconceitos, injustiças sociais e todas as formas de precarização da vida daqueles que eram considerados inferiores como os servos e os escravizados em que no contexto deste sistema social os sacerdotes, os clérigos e as pessoas de linhagem monárquicas eram as consideradas superiores e posicionadas nos estratos da estrutura social superior da estrutura medieval. Esta forma de pensar que orientava e guiava o conjunto da ação social medieval propunha uma valorização do mundo espiritual e desvalorização da

vida no mundo terreal impondo restrições e limites para os processos tecnológicos científicos. Neste período medieval podemos constatar que sua trajetória no processo de desenvolvimento humano foi regressiva em muitas situações e que estes aspectos teológicos que os guiaram justificaram a sua classificação de período obscurantista – durante cinco séculos, do século V ao X, o poder do papa dominou o poder monárquico e todo esse período foi dominado pelo pensamento dogmático da teologia clerical com suas injustiças e corrupção. No entanto o período medieval não é um período homogêneo, mas marcado por disputas de poder principalmente acerca da definição da delimitação dos domínios e da natureza dos domínios do poder terreal – do mundo humano – e do poder espiritual – da vida espiritual, divididos entre os poderes do monarca e dos chefes clericais. Estas duas esferas de poder marcaram toda a tendência do mundo medieval em termos de suas dinâmicas de inclinações, se mais regressivos ou se mais progressivos, pois associados ao poder dos monarcas, do mundo humano, estava ligada a noção de racional do humano, ciência, técnica e ao poder espiritual, a desvalorização deste mundo terreal e a da valorização do mundo espiritual, e portanto, o desapego deste mundo em relação aos processos de desenvolvimento econômico e produtivos, por exemplo. Um dos resultados desta forma de pensar dogmática é o da desvalorização e condenação da usura, do progresso e da riqueza material. O mundo medieval foi um mundo que desvalorizou a vida humana terreal e as formas de vida desde período podemos constatar pelos relatos dos textos históricos científicos que foi um mundo voltado para as atividades de subsistências produtivas baseadas em modos muitos rudimentares. Essa sua forma de abnegação do mundo terreal associada que estava a noção de pecado original com a justificativa levando o carácter necessário da degradação humana ocasionou as consequências que lhes foram propícias para a manutenção de um poder espiritual no mundo humano sem muitos limites e regulamentos – embora existindo a disputa pelo poder dos domínios destes dois mundos entre monarcas e eclesiásticos – tendo como um dos resultados a desvalorização do trabalho manual e técnico e a caracterização dos mesmos como degradante, justificativas que permitiam os processos de dominação do poder clerical sobre os grupos sociais considerados inferiores ou degradantes e a sustentação de grupos dominantes clericais monárquicos de linhagens consideradas divinizadas – cada pessoa teria sua posição de acordo com seu nascimento no espaço social (GUINER, 1982). Todas estas características foram generalizadas por todo período medieval e elas sustentaram toda a sua estrutura de desigualdades sociais e exclusões justificadas de maneira natural através destes preceitos dogmáticos e irracionais.

O ressurgimento das cidades – no período do Renascimento – levou em consideração todos estes aspectos mentais que povoavam as mentalidades das gentes que viviam no período medieval com maior ou menor intensidade de convicções. A noção de renascimento está associada ao período considerado de grande decadência e regresso histórico e aos primeiro indícios de sinais de estabilidade e progresso constante que se inicia a partir do século X, XI, com a estruturação dos

burgos dos principados e das cites eclesiásticas, centros administrativos, militares, com autoridades judiciárias e financeiras que através do incentivo das atividades produtivas – depois de suas fronteiras guarnecidas e fora dos perigos das invasões sugeridas, passaram a ter uma estabilidade de funcionamento social, com feiras regulares que permitiam a manutenção dos burgos principados e cites eclesiásticos que dividiam o governo da população residente no âmbito do mundo humano e espiritual. Com estas atividades de feiras regulares e trocas econômicas que passaram a fomentar as arrecadações e as atividades do campesinato nos arredores destes povoamentos de burgos e cites, a configuração do sistema político-religioso (teocracia) do sistema feudal sem a presença dos inimigos que lhes haviam ameados anteriormente apresentou seus primeiros sinais de renascimento com as atividades comerciais internas aos seus circuitos territoriais através das realizações destas referidas feiras que impulsionaram as atividades industriais e permitiram novamente o florescimento das cidades medievais nos mesmos lugares das cidades antigas, em seus arredores e nas proximidades das cites e dos burgos mas em condições extremamente diferentes daquelas, em primeiro lugar, porque as organizações municipais passam a existir como organizações próprias desvinculadas do sistema feudal e da sua relação de interdependência pessoal de subordinação-dominação e constituíam-se como uma forma independente de governo municipal que tinha como principal preocupação a proteção dos cidadãos e das pessoas que aí residiam; elaboram-se neste momento um sistema de direitos, uma legalidade das atividades mercantis, os comerciantes passaram a usufruir de liberdades comerciais tendo o trabalho livre como uma ética comportamental que orientaria as atividades produtivas e permitiria a mobilidade social e prosperidade material mediante o esforço e dedicação profissionalizantes nas diversas atividades de ofícios comerciais, trabalhistas, industrias, agrícolas. Se criou uma ética da riqueza que não ameaçava e não continha nenhum tipo de preconceito contra a prosperidade material ou contra os dogmatismos religiosos de condenação da melhoria material de vida social das diferentes camadas sociais e não somente dos grupos sociais da nobreza ou do clero. Neste sentido houve uma valorização do mundo humano terreal guiado pela razão natural humana, a pessoa também passou a obter direitos civis que lhes permitiam direitos e liberdades maiores nas cidades. Este renascimento através do florescimento comercial e industrial nos circuitos das cidades medievais a partir do século X tiveram como principal grupo social emergente, classe social, os burgueses. Os burgueses e as cidades burguesas encontraram sua forma mais definitiva e mais típico-ideal para utilizarmos uma categoria weberiana na Itália, nas cidades de Veneza, Florença, Gênova (GUINER, 1982; PIRENNE, 1972) representando o processo inicial de secularização do mundo ocidental que aconteceria em um futuro distante daquele que foi seu ponto inicial, no século XV – o início da modernidade do mundo humano racional.

5.3 A CONSTITUIÇÃO E INSTITUCIONALIZAÇÃO DA SOCIOLOGIA – O CONHECIMENTO RACIONAL DO MUNDO HUMANO – E A PROFISSIONALIZAÇÃO DO SOCIÓLOGO

Todos os aspectos antecedentes da filosofia social que remontam desde o período grego e que surgiram como uma emergência das condições materiais e morais no período final da Idade Média, naquele momento considerado o primeiro do movimento do Renascimento, a partir do século X e XI, em razão das necessidades sociais que surgiram com a emergência da burguesia comercial e industrial com suas novas formas mentais de percepção do mundo humano e da valorização do mundo material que culminou na Revolução Industrial e Revolução Francesa do século XIX trouxeram a exigência de um novo campo disciplinar que pudesse dar conta de explicar àquela situação de caos, de crise, de anarquia, de desordem que àquela referida época convivia com transformações sociais – novas classes sociais emergentes, conflitos sociais, violência urbana, desestruturadas das instituições tradicionais, produtividade industrial – acontecendo ao mesmo tempo com efeitos negativos e positivos para o conjunto da população.

A ciência da sociedade – a sociologia – foi criada então por Augusto Comte em 1839 – com a publicação do seu Curso de Filosofia Positiva – quando pela primeira vez a palavra sociologia foi utilizado para se referir a um campo disciplinar para estudar os fenômenos sociais, quer dizer, um campo de investigação para buscar identificar as leis invariáveis que regem a existência dos agrupamentos sociais, constituindo-se como a ciência do todo, fato e fenômeno, humano, da totalidade do humano, isso porque todo fenômeno humano é sociológico (GUINER 1982; HOSTOS, 1904). O contexto histórico do século XIX apresentou um série de questões e fundamentos que foram os alicerces para a constituição da sociologia como ciência social. Um dos primeiros aspectos fundamentais que estimularam as formas de pensar daquele momento foi o debate de revisão da tendência humana em que se identificou a lei do progresso e lei do regresso como leis invariáveis da natureza humana através de estudos comparativos dos tempos passados e diante do período medieval que apresentam uma situação de decadência. O tema antecedente que permitiu a consideração sobre a lei do progresso e do regresso estava relacionada com a natureza da ciência natural que havia identificado que na natureza haviam leis invariáveis que regulavam a natureza dos fenômenos e eventos naturais e que nestas leis haviam as características e propriedades dos objetos naturais através dos quais a descrição e identificação deles permitia que a razão humana transformasse essa natureza em mercadorias, objetos, em tecnologia, a seu favor para usufruto da humanidade. Então temos que a ciência social a partir da revisão da tendência histórica da condição humana foi possível identificar que também na vida humana e social haviam leis invariáveis que regulavam a natureza social e dos sistemas políticas. Uma das primeiras leis invariáveis identificadas foi a lei do progresso e do regresso. Esta lei do progresso estava por sua vez associada a racionalidade humana e aos seus preceitos e princípios morais de justiça social e da combinação destes aspectos

se poderia alcançar desempenho material e moral no processo evolutivo da condição humana através de uma identificação temporal do tempo passado presente e futuro em que a superação das irracionalidades antigas poderiam se modificadas pelas alterações das formas institucionais e preceitos morais racionalmente identificados. A lei do regresso humano por sua vez estava vinculada a valores irracionais e dogmáticos ligados a preceitos irracionais religiosos que com a desvalorização do mundo terreal e seus muitos preconceitos morais produziam uma decadência moral do humano e dos seus processos científicos e tecnológicos: essa era a situação da Idade Média principalmente do século V ao século X. A identificação da lei evolutiva humana foi também ao mesmo tempo o aspecto que se vinculou a fundamentação para a constituição da sociologia como ciência do humano: a condição humana é evolutiva e o progresso é o aspecto inerente que está associado a sua forma progressiva evolutiva em termos morais, políticos, econômicos, técnicos, científicos e materiais. Considerando a ciência social e sua constituição contendo as mesmas características da ciência da natureza que a procedeu, isto é, de que a natureza humana e social é evolutiva e é constituída por leis invariáveis e que uma das suas principais leis invariáveis é a lei do progresso humano que depende de uma combinação de preceitos e valores morais de justiça social de conjunto e níveis de conhecimentos acumulativos que desprendam formas mais evolucionistas de pensar e de fazer social, o seu fundador Augusto Comte através dos seus vários escritos de sistematização do conhecimento da filosofia social definiu os preceitos e indicou as possibilidades metodológicas desta ciência social definida por ele como física matemática ou física social – a sociologia. Considerando a situação do século XIX, percebida por todos da época como caótica e de crise, identificou que o principal objetivo da ciência positiva era de identificar as leis invariáveis da sociedade moderna – industrial-capitalista – para o restabelecimento da ordem social, da coesão social, da estabilidade social. Identificou como principais características das sociedades modernas daquele período inicial uma situação de anomia social – ausência de regras – devido o processo de individualização decorrente da transição das sociedades orgânicas para as sociedades mecânicas devido a divisão social do trabalho cada vez mais estratificada e especializada tender a favorecer aos processos de individualização e se constituir em uma ameaça a vida coletivizada e socializada. Essa individualização também estava relacionada a decadência dos valores dogmáticos irracionais que não tinham mais condições – devido seu grau de corrupção e preconceitos dogmáticos e irracionalidades – de orientar a conduta das pessoas tal qual aconteceu durante o período feudal. Neste sentido identificou que no transcurso histórico da trajetória humana houve três formas de saber que dirigiram a condição das sociedades e que definiam a sua natureza – se progressiva ou regressiva – a depender da combinação daquilo que Augusto Comte chamou de a lei dos três estados – o teológico (inventivo), o metafísico (abstrato), e o positivo (o científico). Esses três estágios estiveram presentes desde o princípio dos tempos e se combinaram de diferentes formas e maneiras com a predominância e

domínios de uns em relação aos outros ou de um em relação aos outros, sendo que o período moderno é caracterizado pelo estado positivo – a ciência. Tendo a natureza humana elegido o estado positivo para a direção das sociedades humanas em razão das leis do progresso progressivo depender das razões de ciência para que o seu processo evolutivo fosse acumulativo de prosperidade material, social e moral para o conjunto da população, o fundador da ciência sociológica considerou – em razão das suas influências evolucionistas de Charles Darwin – que a vida social – a sociedade – é um fenômeno social e que pode se comparado a um organismo vivo devido a origem da vida humana ser advindo do reino animal através dos hominídeos primatas de linhagem para se constituírem como humanos com uma unidade natural caracterizada por leis invariáveis. Esta sociedade orgânica utilizada como um recurso metodológico – constituída de leis invariáveis – de análise considera que esta mesma sociedade é caracterizada por dois aspectos que lhe são intrínsecos: a) a estática social (instituições responsáveis pela ordem; b) a dinâmica social (as etapas sucessivas do devenir histórico do progresso social. A estática social (ordem social), consideração da sociedade como constituída de várias partes que configuram um todo, uma totalidade social, regulada por leis invariáveis, caracterizada por estruturas objetivas em que nos termos mais modernos a instituição principal corresponde: ao Estado. A dinâmica social (progresso social) seria então responsável para os processos de evolução dos mecanismos sociais, políticos, econômicos, técnicos, tecnológicos e morais – a lei dos três estados seria a lei fundamental do desenvolvimento humano (GUINER, 1982; HOSTOS, 1904).

Esta condição orgânica de unidade natural destes seres biológicos humanos não somente se refere a lei natural invariável para estes tipos de seres da linhagem dos hominídeos australopitecos da condição humana por serem originários do mundo natural – que é constituída de leis naturais invariáveis da natureza – mas sobretudo e principalmente porque a condição humana enquanto condição de ser social por natureza biológico e natural é composta por uma racionalidade que define a natureza da consciência – a consciência é razão de equilíbrio racional – que a integra com propriedades intelectivas cuja principal grandeza é a sua natureza progressiva – progresso ou regresso – a depender do circuito do sistema social ou da condição social a que se vincula: se ser social egoístico ou ser social afetivo. Karl Marx e Friedrich Hegel definem no seus livro a Dialética da Natureza na parte o Humanização do Macaco pelo Trabalho como parte integrante da ontologia do humano em que tal atribuição ontológico definiu o próprio processo de humanização do humano na medida em que o trabalho consiste na própria sobrevivência e existência da pessoa que busca como ser existente concreto a realização de suas necessidades matérias – beber, comer, abrigar-se, proteger, vestir – e posteriormente a satisfação de suas necessidades de bem-estar social e comodidades existências de bem viver, quer dizer, a própria existência humana é progressiva por natureza natural e social, mas ela pode ser progressiva ou regressiva pelo perfil do ser social em evidência: se sistema social afetivo ou sistema social egoístico.

Esta dimensão ontológica do humano em que o trabalho integra o seu processo de existência social e existencial é composto por outros três aspectos que caracterizam a vida social da pessoa e dos sistemas políticos e que estruturam como formas objetivas e estruturantes a vida pragmática do ser social. A pessoa social é composta de três partes constitutivas: i) sexualidade; ii) afeto;iii) e consciência. E de seis fatorações sociais: i) o político; ii) o econômico; iii) o religioso; iv) o cultural; v) a consciência; vi) o social.

5.4 OS TRÊS ASPECTOS DO SOCIAL E OS FATORES DA PESSOA E DOS SISTEMAS POLÍTICOS: A ONTOLOGIA ESTRUTURANTE DO SOCIAL

As incompreensões deixam esta área social e seus profissionais em defensiva diante das ciências naturais constituindo-se no contexto da ciência como uma espécie de literatura de entretenimento que não tem muita serventia para orientação dos sistemas políticos devido a sua ausência de objetividade científica. A dificuldade de definição da dimensão do social da condição humana encontra-se nestes aspectos mencionados uma vez que as incertezas e subjetividades que povoam os escritos sociológicos flutuam em divagações pouco objetivas que deixam margem para o questionamento de sua veracidade em termos de ciência ademais dos problemas sociais existentes que não encontram resolução nos preceitos sociológicos. Essas dificuldades desfocalizaram o fenômeno de que a dimensão do social contém uma ontologia do social que constitui uma lógica racional que orienta a ação humana em termos de objetividade não sendo possível divagar sobre o carácter pragmático e utilitaristas das práticas sociais que as orientam. Esta ontologia do social contém aspectos inerentes que orientam a condição humana em suas mais diversas formas de ação social. O social ou a dimensão do social tem sua explicação muito simples e geral, em primeiro lugar, a palavra social para além de sua etimologia associativa e de interação define-se pelo fato natural de que a pessoa é produto de uma relação de sexualidade entre duas pessoas. É precisamente pelo fato natural da pessoa ser produção de uma relação de sexualidade entre duas pessoas que a condição humana da pessoa é uma condição social por natureza natural e biológica. Essa condição social explica-se pela própria condição natural da sexualidade biológica. A dimensão social do social dessa sexualidade biológica, portanto, apresenta-se pela própria linhagem social do contexto da família em que tal pessoa foi gerada ou da relação de sexualidade de que essa pessoa foi produzida no sentido de que ela faz parte deste estamento social ou classe social ou grupo social ou categoria social. Essa é a explicação geral de origem da dimensão do social da condição humana. A dimensão do social da condição humana por sua vez contém outras características que lhe define em termos dessa situação social. A principal delas é o carácter afetivo da consciência da pessoa. A afetividade em termos de propriedades é o aspecto que constitui a condição social da pessoa e que interfere de maneira evidente nas capacidades cognitivas da objetividade da racionalidade da pessoa. A pessoa social constituída de

afetividade e de consciência racional objetiva define a condição humana da pessoa e os procedimentos de inteligência e racionalidade devido o fato de que o afeto é que garante as melhores modalidades de práticas objetivas uma vez que seus procedimentos objetivos consistem em buscar maneiras utilitaristas de pragmatismos para garantir a melhor confecção das coisas materiais e sociais para que estas tenham a melhor serventia possível para produzir o bem estar material e social da pessoa para a garantia da vida. A condição humana da pessoa é definida pela racionalidade afetiva em termos de objetividade devido a consciência da pessoa ser racional. Um exemplo dessa situação pode ser observado no trato de uma criação. Em sentido específico uma criança e os seres em geral criados em suas idades infantis constituem-se nos seres mais dependentes para a sua existência viva de cuidados de proteção social. Essa proteção social que caracteriza a condição social da pessoa em termos de sociabilidade requer os procedimentos de proteção social somente a partir dos procedimentos afetivos que podem garantir com o cuidado com os tratos dos alimentos, o ambiente doméstico para sua proteção e descanso. Esses aspectos relacionados constituem a condição do social da pessoa que podem ser sintetizados pela fórmula matemática:

6 FORMULA MATEMÁTICA DA CIÊNCIA SOCIAL I

6.1 O SOCIAL É DEFINIDO: I) SEXUALIDADE; II) AFETO; III) CONSCIÊNCIA. SOCIAL=CONSCIÊNCIA+AFETO+RACIONALIDADE+PESSOA=VIDA

Essa fórmula matemática é que define a condição humana da pessoa do processo de racionalidade e ação social devido a ciência está relacionada com a manutenção e proteção da vida da pessoa em existência social. A estrutura do afeto e afetividade constituem a estrutura de pesos de radicalidade extremada que organiza de maneira concordante os fatores da pessoa e sua condição social que ao longo da evolução humana foram sendo delineados. No texto de Platão, Apologia de Sócrates e O Banquete, da editora Martins Claret, (2009), temos um indicativo mitológico da cosmologia antiga dos gregos que postulavam a dureza implacável das estruturas afetivas enquanto propriedades atribuídas a essencialidade da condição humana. Segundo Platão, quando Zeus decidiu proporcionar a criação do humano ele engendrou a possibilidade de uma determinada espécie de seres orgânicos biológicos pudessem andar eretos sobre duas pernas e para livrar-lhes dos possíveis desregramentos de outras espécies animais decidiu fazer com que sua concepção biológica e procriativa significasse a extensão de seus progenitores em novos corpos gestados de tal sorte que os novos seres engendrados ou concebidos fossem vistos como cara metade de seus progenitores, e estes concebidos, por sua vez, tomassem-se como partes daqueles, estabelecendo um laço e enlace dos progenitores e suas gestações liames de complementariedade que despertariam o desejo inseparável de pretenderem viver juntas umas com as outras por um tempo indefinido entre si: “(...) portanto desde há muito tempo, é o afeto, adjetivo do amor, de uns pelos outros – progenitores e filhos - inato

aos homens e restaurador de sua antiga natureza tentando restabelecer a unidade e restaurar a natureza humana (...) os homens são afeiçoados às mulheres (...) e o mesmo se dá com as mulheres, são afeiçoadas aos homens" (p. 90). Assim o desejo que mantém essa busca pela unidade e integridade que enlaça inicialmente as unidades familiares e se estendem aos demais é a estrutura afetiva da estima do amor, pois a concepção humana ao tornar memorável e imortalizar a herança dos progenitores no tempo e espaço através de uma linhagem geracional e gestacional de sua descendência genealógica adquire as propriedades divinas de imortalidade e eternidade características da pessoa humana na medida em que as estruturas de afetividade têm a estima como próprio de sua natureza e por isso procura naquilo que o pode imortalizá-lo transformando o caráter mortal do humano em perenidade quando sempre busca existir e ser imortal, sendo que a procriação é o único meio possível porque deixa sempre um ser novo em lugar do velho e através dele, não somente a imortalidade se estende no tempo e espaço quanto também se define a principal condição humana: o afeto. As estruturas do afeto que definem a dimensão do social, portanto, têm como principal objetivo a manutenção e a preservação da vida humana na planície terra. Se os textos platônico e socráticos e dos vários filósofos de sua contemporaneidade defenderam os bons modos e os comportamentos das práticas sociais que elevavam a condição humana em termos de divinização e imortalidade, eles não são suficientes diante dos quadros sociais das sociedades modernas e contemporâneas recortadas pelos conflitos e violência extremadas da vida social. Sem desconsiderar que paixões e desregramentos floresceram particularmente no período da modernidade em avanços geométricos exponencialmente significativos levando a constatarmos que também a esfera do social passou a ser poluída pelo egoísmo e individualismo dominador e explorador, motivado pela ganância e ambição, o que sugeriria levar em conta e dizer que a dimensão do social contém no seu próprio interior e cerne oposições e antagonismo no mesmo nível e grau que as teorias marxistas expõem tentando reduzir e limitar as possibilidades de que a vida humana desde os seus primórdios sempre tenha sido caracterizada pela exploração, violência e pelas mais extremas modalidades de comportamentos egoísticos e de dominação do humano pelo humano, nossa pesquisa poderia concordar em parte com estas asseverações, mas somente em uma parte muito minguada e particularmente diminuta da vida em sociedade, nos termos destes postulados empiricamente comprovados para os períodos contemporâneos e para algumas épocas inclusive mais distantes da que atualmente vivemos, mas teríamos que rechaçar completamente esses quadros mentais de sedimentação da dimensão do social sob aspectos estritamente antagônicos de natureza extremamente egoísticas posto que as bases subterrâneas que modelaram a conduta psiquicofisiológicosocial da vida em Grupo e mesmo da vida posterior que incluem o período das Aldeias, das Comunidades e mesmo das Cidades-Estados da Grécia antiga e de todo o mundo antigo até o período grego desenvolveu-se pautado precipuamente em modalidades de práticas de sociabilidades humanas assentadas e providas

pelas estruturas de pesos de afetividades e mecanismos afetivos, em que a preservação da vida humana até o seu ciclo máximo de existência viva na planície terra pudesse ser assegurado com as possibilidades mais ajustadas de estruturas materiais e sociais de conformidade com um processo de desenvolvimento que promovesse e garantisse condições dignas de bem-estar social para a existência da condição humana com o máximo de plenitude, embora de maneira pontual e esporádica, não sendo estrutural nem generalizado, as forças egoísticas vigoraram em momentos remotos do século XV a. C. com a disputa entre persas e troianos e posteriormente durante IV séculos, do XII-VIII (FINLEY, 1984; 2007), quando a partir com o pensamento dos pré-socráticos os sistemas políticos passaram a orientar-se pela tendência de equilíbrio. Sendo que a veracidade das propriedades egoísticas figurava emblematicamente como forças características da condição humana no período da modernidade especificamente da alta modernidade para usar a terminologia de Anthony Giddens (1991) tendo validade somente para os tempos que se seguiram sobretudo depois do século XIX, com as guerrilhas e matanças na França e Inglaterra, e os posteriores desdobramentos de conflitos mundiais com a primeira e segunda guerras mundiais. A dimensão do afeto, adjetivo do amor, principal propriedade da alma foi o aspecto que atiçou e estimulou o salto biológico – agregado a todas as demais evoluções dos hominídeos – que permitiu a condição da consciência dos hominídeos da primeira geração de humanos. Textos antigos de filósofos como de Montaigne dão conta que a primeira geração de humanos despertou entre seus progenitores hominídeos estruturas de afetos originais ao verem suas crias com feições mais avançadas, estrutura corporal mais limpa de pelos, estrutura facial delineadas de forma mais afeiçoadas, o que causou um espanto de alegria entre seus progenitores ao gerarem criaturas tão belas, o que fez que por um toque invisível abrissem os olhos da consciência e se dessem conta da vida deles entre um bando de outros hominídeos carnívoros e ferozes canibais bem como de outros grupos de animais ferozes no ambiente em que se encontravam. Os seis grupos de hominídeos que gestaram a primeira geração de humanos não tiveram outra escolha que buscar outro ambiente distante daqueles primatas primitivos. A consciência da pessoa que constitui a condição humana é afetiva por natureza biológica e social pela simples razão de que a consciência é que participa da dimensão dos processos cognitivos de Inteligência e dos princípios que guardam a dimensão da vida da pessoa em termos de existência, é por isso que a consciência é racionalidade afetiva por natureza cognitiva e intelectiva. A consciência em termos de estrutura craniana contém os neurônios de criatividade da inteligência da pessoa que resguardam a manutenção e proteção da vida uma vez que a inteligência se relaciona com o conhecimento que em outros palavras define-se pelo conceito de divino. A palavra divino, que expressa o ambiente cósmico ou o universo do ser imaterial e incorpóreo é sintetizada simplesmente pela inteligência, pois este ser imaterial e incorpóreo tem como uma de suas características a inteligência. Se existe algo do que chamamos de divino é pelo simples fato de que esta palavra significa inteligência. A consciência, portanto, da pessoa humana se tem

alguma coisa divina é porque sua estrutura craniana e seus processos cognitivos de percepção contém os elementos objetivos da racionalidade inteligente para a compreensão e o conhecimento dos fatos e fenômenos e dos objetos materiais e sociais. Estas primeiras características ontológicas da dimensão do social da pessoa humana expressa nesta fórmula matemática é que são responsáveis pelos processos de conhecimento e de desenvolvimento material e social dos sistemas políticos contemporâneos que foram se constituindo no processo evolutivo da condição humana da pessoa e dos sistemas políticos. Mas muitas das incongruências e obstáculos de incompreensão estariam sem ser explicitados se somente estes aspectos estivessem em evidência no período contemporâneo como herdeiro do passado histórico que constituiu. Isso porque a condição humana como dissemos tem como principal característica a condição afetiva da pessoa em termos de racionalidade e inteligência para o conhecimento das coisas e do sistema político, mas no processo de formação da condição humana dos tempos dos hominídeos como já mencionamos nos trabalhos anteriores se desatou também processos adversos que foram desembrulhados pelos procedimentos egoísticos. A condição egoística portanto responde pelos problemas e pelos procedimentos de privilégios, preconceitos, exclusão social, dominação, subjugo e todo tipo de procedimentos que levam a morte a precarização da pessoa e dos sistemas políticos, de tal sorte que a condição social da pessoa em termos ontológicos pelo âmbito do egoísmo do período contemporâneo que responde pelos processos históricos da condição humana em termos erráticos pode ser expressado pela seguinte formulação sociológica da fórmula matemática:

7 FÓRMULA MATEMÁTICA DA CIÊNCIA SOCIAL II

7.1 O SOCIAL É DEFINIDO: I) SEXUALIDADE; II) EGOÍSMO; III) CONSCIÊNCIA. SOCIAL EGOÍSTICO=EXPLORAÇÃO+DOMINAÇÃO+DESIGUALDADES+INJUSTIÇAS=MORTE

As condições sociais dos sistemas políticos que temos hoje é produto desses dois tipos de sistemas sociais que atuam de maneiras mescladas e variadas nos sistemas políticos responsáveis pelas condições atuais da vida material e social da condição humana. A segunda dimensão ontológica da dimensão do social da condição humana é constituída pelas fatorações da pessoa. São seis as fatorações: i) Político – Estado ii) Econômico – Mercado iii) Religioso – preceitos morais, Instituições religiosas iv) Cultural – povos, nações, comunidades v) Consciência – educacional vi) Social – inter, meio, sociabilidade humana A dimensão social da condição humana nos seus dois modelos operacionais de atuação do sistema afetivo e sistema egoísticos atuam pelas seis fatorações sociais da pessoa que são as mesmas dos sistemas políticos. Estas fatorações das pessoas de acordo com o sistema que opera desprendem propriedades fatoriais relativas ao tipo de sistema a qual elas fazem parte, se egoístico ou afetivo. As propriedades disciplinares da pessoa são responsáveis para produzir as características e propriedades disciplinares da pessoa em termos de talento, tendência e

inclinações profissionais, para responderem pelas condições materiais e sociais que o ambiente natural e social exige. As propriedades disciplinares da pessoa que operam pelo tipo de sistema em evidência da pessoa atual de acordo com a necessidade de existência material para manutenção e proteção da vida – comer, abrigar-se, vestir, proteger-se – conferindo as características e procedimentos para a ação social da pessoa em termos de respostas objetivas para lidar com a natureza natural e social e responder pela atenção das necessidades substantivas que a existência social exige. Os procedimentos da consciência da ontologia da condição do social operam em termos de tendência, isto é, a ontologia do social é composta pelas fatorações que desprendem propriedades disciplinares para atuar na natureza natural e social para a manutenção e proteção da vida existencial da pessoa e dos sistemas políticos. Eles contém os processos cognitivos e de procedimentos de percepção para a realização dos diagnósticos objetivos e racionais para relacionar-se com a natureza material produzindo objetos e alimentos, proteção e abrigo e lidando com os meio social orientando os procedimentos das modalidades de práticas que são necessários para a vida existencial em grupo, em comunidades, em cidades-estados, em impérios, em estados nacionais, de modo a garantir a manutenção e proteção da vida dos sistemas políticos em condições material de existência satisfatória e de bem-estar material e social. A dimensão do social da condição humana orienta-se em termos de tendência de equilíbrio ou de desequilíbrio a depender do tipo de sistema em que as propriedades disciplinares da pessoa se desprendem em suas várias modalidades de práticas. Estas formas de tendências exploram em termos limpos as várias formas possíveis de modalidades de práticas objetivas em termos de subjetividade da pessoa respondendo pelos procedimentos de liberdade e da racionalidade subjetiva individual da pessoa coletivizada e socializada. A pessoa humana e o processo evolutivo da condição humana conduzem-se de forma limpa num campo aberto com os desafios que o contexto natural e social impões de acordo com as condições e o tipo de sistema em que o grupo e a pessoa operam. A consciência contém os elementos necessários para responder de forma objetiva todas as intempéries ou obstáculos ou dificuldades que a pessoa possa encontrar no caminho de sua existência material e social em que vive com seu grupo ou comunidade, na cidade e no campo, de tal forma que a configuração que temos hoje dos sistemas políticos referem-se a configuração que os tipos de sistemas sociais permitiram em termos de condições da ação humana. Esta configuração dos Estados Nacionais que temos hoje, da configuração do rural e do urbano, dos vários tipos de profissões necessários para a existência do período contemporâneo foram as configurações políticas que foram sendo definidas de acordo com as tendência evolutivas e as propriedades disciplinares necessárias que operaram em termos de necessidades objetivas para atenderem os processos de objetividades materiais nos seus horizontes e utopias objetivadas que se fizeram com o tempo histórico. A tendência evolutiva que configurou os sistemas políticos em termos territoriais de definição dos perímetros urbanos com as funções industriais, comerciais, administrativas e de serviços e dos territórios rurais com sua função

produtiva e vivencial com suas mais variadas características espaciais, agregados habitacionais, ambientais e vivenciais. Essa tendência também configurou os filamentos ontológicos da dimensão do social da condição humana deste o período da vida em grupo com a configuração da esfera pública e mais ou menos a definição da esfera privativa embora a vida nas cavernas ainda fosse de alguma forma uma espécie de vida em grupo mesmo considerando que os pares de casais viviam distantes uns dos outros. Essa esfera íntima da vida privativa somente se define na vida das aldeias quando com a construção das tendas para cada par de casal onde passaram residir com suas companheiras. Neste momento com a constituição de uma espera privativa, a esfera íntima do ambiente da casa ou do quintal e a esfera pública no espaço aberto da vida em grupo, os demais elementos da ontologia do social foi se definindo como propriedades da pessoa, com suas demais esferas das fatorações da pessoa, a esfera religiosa com a institucionalidade religiosa com lembrança institucional daqueles tempos passados e com as lembranças do ambiente do espaço celestial, as esferas do mercado com as comunidades com as relações de trocas que estabelecem os processos associativos das interrelações das atividades produtivas e intercâmbio de mercadorias nos ambientes dos mercados públicos que vão se constituindo para atender as necessidades de mercadorias das comunidades, com o surgimento da moeda no período das cidades-estados. Neste mesmo período as características dos povos e das comunidades vão se definindo em termos de raça e etnias e características geográficas e naturais a depender o ambiente climático e natural com as práticas e modalidades de práticas alimentares, de vestimentas, abrigo, convivência que aos poucos vão definindo as características culturais e disciplinares de acordo de ambientes naturais e sociais. No espaço aberto da evolução da condição humano a dimensão da vida social constituiu também a referência do indivíduo socializado e da vida social pública. A dimensão social do indivíduo enquanto unidade objetiva da pessoa não contradiz a referência social da vida social uma vez que o indivíduo como pessoa socializada embora seja social por natureza biológica e social e uma pessoa individual em termos de unidade objetiva. Nesse sentido que o texto de Norbert Elias é bastante coerente com as suas abordagens. A fatoração social, a inter-relação, o meio, o que liga um indivíduo a outro em termos de associação e interação humana é que o permite a convivência mútua entre um e outro e que exige as modalidades de práticas socialmente definidas em termos de convivência coletivizada correspondem àquelas maneiras socialmente condizentes com as formas de relações sociais que foram definidas como aceitáveis para as modalidades de práticas sociais que se prática na esfera pública e privativa da vida coletivizada e socializada. Na situação que temos hoje estas condições materiais e sociais que se apresentam a partir destes dois tipos de sistemas tendem a manter um equilíbrio com desequilíbrio e condições bastante precárias e assimétricas que não podem chegar ao equilíbrio social dos sistemas políticos devido as propriedades de práticas materiais não se renovarem em termos de criatividades inteligentes uma vez que se mantém aspectos e propriedades disciplinares desreguladas que não alteram a situação dos

sistemas. As propriedades disciplinares disponíveis nestes dois modelos de sistemas em situações mescladas tendem a promover procedimentos degenerativos que as condições atuais não manifestam nenhuma situação de alteração das condições precárias gerais que povoam os sistemas políticos contemporâneos. Em termos de tendência as propriedades disciplinares sem manifestar alterações e ao contrário conferindo tendências de desequilíbrios tendem a precarizar as condições dos sistemas políticos afetivos pelos contatos coletivizados e socializados que as práticas sociais permitem e sobretudo pelos procedimentos de televisão que difundem os procedimentos e modalidades de práticas precários que se visualizam em escala planetária. Isso acontece porque a pessoa no contexto por exemplo do sistema egoística desdobra-se em propriedades disciplinares de indisciplina, corrupção, desonestidade, deseducação, preguiça, e uma série de outras propriedades desreguladas. Essas propriedades que compõem a pessoa dirigem a ação social da mesma não sendo possível em condições normais a ação desta pessoa em termos de honestidade, devido sua mentalidade e consciência orientarem-se por propriedades disciplinares egoísticas que mesmo tendo a influência de aspectos regulados do sistema afetivo tendem a desequilibrar as práticas sociais disciplinadas levando-as a procedimentos patológicos que aos poucos vão desregulando os procedimentos do sistema afetivo e ao mesmo tendo o sistema afetivo vai tendo as influência das práticas sociais desreguladas que no conjunto das condições sociais tendem a conduzir o sistema político para uma desequilíbrio com os problemas sociais sem resolução devido a ação social não conter as propriedades disciplinares objetivas capazes de dar conta de resolver os problemas mais simples que ainda existem nos dias atuais como o da pobreza, por exemplo. As fatorações da pessoa e as características disciplinares em contato com o meio ambiente natural e social foram aos poucos formatando as configurações geográficas e sociais e profissionalizantes dos sistemas sociais em termos dos desdobramentos e tendência a que se destinavam a revelar-se ou a produzir-se desde a primeira formação dos sistemas políticos com a vida em grupo dos hominídeos primatas australopitecos que viviam nas cavernas em condições de nomadismo. A vida em grupo foi a primeira formação do sistema político: o grupo.

8 CONHECIMENTO – CIÊNCIA HUMANA – MUNDO SOCIAL – SUBJETIVO

Cecília Minayo (2001) em referência às conversações sociológicas afirma que a subjetividade é o traço particularíssimo que define a condição humana da pessoa e que por isso a ciência social havia adquirido certa referência de menos ciência em comparação com a ciência natural em razão de lidar com um objeto de estudo variável em termos de ação social e percepção diversificada de um sujeito pensante que se move a partir de conjecturas produzidas pela sua própria consideração daquilo que se encontra nele enquanto sujeito interno de seus próprios pensamento e ação. Isto é, o fato de o objeto de estudo da ciência social ter um caráter interno indutor da própria ação humana da pessoa

implicava um esforço maior metodológico para alcançar a compreensão da ação social do humano autor de suas próprias obras e ações no mundo social. Mas o carácter subjetivo da condição humana abriu espaço para constatações discrepantes que impediram o avanço do conhecimento social por desconhecimento das especificidades deste aspecto específico que define a condição do humano e dos seus efeitos irracionais subsequentes: a subjetividade. O tema da subjetividade em síntese deixou margem para a associação do entendimento a formas de percepção que passariam ao largo da compreensão intelectiva, como a esfera do sentimento, por exemplo, que por muito tempo foi visto como irracional e suas paixões decorrentes de impulsos descontrolados. Não foi sem motivo que as mulheres padeceram deste preconceito por muito tempo sendo inclusive consideradas menos racionais do que os homens por serem percebidas como muito sentimentais devido a sua função orgânica e biológica de suprir a função reprodutiva do humano. A oposição antagônica das percepções erráticas também foi legitimada pelo caráter subjetivista que servia de panaceia para garantia de níveis de veracidade dos pontos de vistas acerca dos objetos referidos mesmo que estes pontos de vistas estivessem desfocalizados dos pontos. O grau de objetividade da ciência social outrossim foi atingido ou questionado devido à variedades de opiniões sobre os mesmos fatos fenomênicos serem muito discrepantes umas em relação as outras tornando questionável os níveis de precisão dos diagnósticos da sociologia devido estes descompassos de entendimento sobre a dimensão da subjetividade e de seus efeitos consequentes questionarem, por exemplo, a sua objetividade.

A partícula intelectiva – racional, cognoscitiva – é a partícula responsável pelo processo do conhecimento; o conhecimento é parte da existência da partícula intelectiva – da razão – estando a ciência ou o conhecimento científico só aí nesta partícula e mais em nenhum outro lugar. Todos nós, todos os humanos partilham e participam do conhecimento porque a sua própria estrutura humana contém no seu carácter intelecto a participação racional. A dimensão do intelecto que define a condição humana – a consciência racional – como distinta do reino animal refere-se a esta estrutura intelectual que organiza a estrutura cerebral e permite o processo de conhecimento. A dimensão intelectiva do humano – consciência – só diz respeito a possibilidade de seu conhecer. O termo subjetivo se refere aquilo que pertence a pessoa, o que define a pessoa como ser social: o que define a pessoa como ser social é a consciência racional. Nesse sentido o único sentido que o termo subjetivo guarda e contém é: consciência racional. Nada mais que isso, simplesmente isso. Subjetivo é o carácter do conhecimento racional e intelectual que está presente na pessoa em termos de tendência profissionalizante, o tornando pessoa cognoscente pela sua capacidade racional e intelectual profissionalizante permitir o conhecimento das coisas. A racionalidade está na pessoa não nos objetos. Os objetos contêm características e propriedades que lhes são inerentes que se impõem a pessoa através dos mecanismos de percepção. Nem a pessoa nem os objetos distorcem os fatos ou fenômenos. O que distorce os fatos ou fenômenos é o entendimento da pessoa sobre si mesmo e de

sua capacidade cognitiva e a variação da distorção acontece devido a condição do ser social: se ser social afetivo ou se ser social egoístico. Houve a partir do século XIX com a constituição do sistema capitalista – devido a recuperação dos textos antigos gregos que vinham sendo utilizados desde o século XIV com a invasão dos persas no ambiente da Grécia – muita adulteração e manipulação de conteúdo para precarizar e distorcer os sentidos e significados originais dos contextos concretos e históricos dos tempos antigos da Grécia primitiva que havia vivenciado e formatado um sistema social em tendência de equilíbrio com muitos avanços materiais, técnicos, institucionais, sociais e a configuração de um sistema político de justiça social.

A noção de sujeito nunca foi usada antes desse período do sistema capitalista e parte do material produzido neste período dos manuscritos filosóficos de Sócrates, Platão ou Aristóteles foram intencionalmente adulterados. Eles nunca usaram o termo sujeito ou subjetivo para se referir ao humano, sempre disseram pessoa. A palavra pessoa é uma palavra persa ou turca, e significa aquele que é, é o ser tal qual ele é, não tem nada de máscara ou de referência a linguagem teatral do ator que encena uma performance no palco da vida conforme menciona intencionalmente e erradamente Ralf Dahrendorf (1969) em seu livro O homo sociologicus e muitos autores. A linguagem teatral era específica do teatro, e se usava o termo ator era para referir-se àquela pessoa que interpretava uma peça e a só ela mesmo enquanto o artista teatral, uma espécie de categoria profissional do ramo dessa atividade. Se passou a misturar a pessoa, aquele que é, com o ator teatral que interpreta uma performance, confundindo a vida social da pessoa com o ambiente literário constituído de imaginação e fenômenos irreais, por mais que a literatura imite a vida, nem tudo que passa no teatro sucede ou tem referência, a rigor, na realidade. Essa confusão errática desfocalizou a referência da pessoa e sugeria a noção de subjetividade ou subjetivo como performance das pessoas sendo variáveis uma em relação as outras pelas suas preferências interpretativas do seu enredo como palco da vida. Os atores do palco geradas como marionetes pelo script que os orientam deu imagens ao questionamento da força que a Igreja catolicista do sistema capitalista bloqueava a criatividade do sujeito negando sua essência subjetiva que era entendida como de carácter arbitrário de poder fazer qualquer coisa sem ser guiado pelos preceitos religiosos. A participação de vida ganha no contexto capitalista uma negação do sujeito que não pode se manifestar em sua criatividade porque é guiado como marionete, no palco da vida, como os atores teatrais. É bom que se diga que o campo do desenvolvimento técnico nunca foi bloqueado por esse entendimento. A questão do sujeito e do litígio do sujeito e da sua conexão com a referência divina diz respeito simplesmente às questões morais e de promiscuidade. Tirar da jogada os procedimentos morais passou a ser uma referência da vida da pessoa. A noção de liberdade que tal mantra sugere tirando os humanos dos desideratos da racionalidade progressiva e preceitos morais não encontra nenhuma referência antiga naquilo que entendemos hoje por liberdade subjetiva do sujeito. A noção de liberdade nunca existiu entre os persas (os que conhecemos como os gregos) e

os troianos, o Império Romano Antigo, não este do capitalismo, o antigo, antes do século XV ou até o século XV. Ser livre era ser a pessoa tal qual se era, sem nenhuma invenção. Mesmo uma escritora de talento e estatutos de Hannah Arendt se equivocou sobre isso. Talvez não de forma intencional, porque como sobrevivente do pós-guerra não tinha mais medo de suas palavras, mas porque acessou toda essa reminiscência antiga totalmente adulterada sem nenhuma base de contra argumentação. A ideia de subjetividade que reivindica certa dose de liberdade do sujeito humano é uma invenção moderna do sistema capitalista e ela diz respeito única e exclusivamente a ação desimpedida e desinibida da prática sexual promiscua, sem rebater por nenhum lado, no avanço científico da ciência na sua área natural, porque pelo lado da ciência social em sua área social tal recurso argumentativo já era uma estratégia da natureza errática deste ramo do conhecimento que se constituíam em alicerces muito pantanosos e movediços da mentira e hipocrisia. Fazia parta da própria negociação do sistema, a ciência natural seria a ciência por excelência, e a ciência social arrumava os jeitinhos para o funcionamento promíscuo do sistema, até que se estabelecesse uma legitimação forte da promiscuidade para então fazer proceder um entendimentozinho aqui e outro ali, sem muita seriedade até que acontecesse algo realmente sério capaz de revisar essa situação. A guerra no interior do mesmo Império Romano, entre Ingleses e Franceses no século XXXIV (que conhecemos como revolução Francesa do século XIX) indicou a promiscuidade de que a área social estava fazendo falta e que seria necessário produzir ciência com mais seriedade. Os três maiores pensadores Marx, Durkheim, e Weber são dessa época, eles conviveram praticamente no mesmo período, são contemporâneos, com pequenas defasagens temporais entre um e outro. Eles conheceram as obras de seus pares e interlocutores e produziram ciência. É claro que ciência imperfeita, com níveis erráticos, mas ciência, e a partir deles a ciência social avançou e ganhou também estatuto de campo científico de saber. Estamos fazendo agora o mesmo que eles fizeram naquele período, com maior rigor ainda, mas nada além daquilo que eles fizeram. Os três estavam a serviço do mesmo grupo mas vinculados a pessoas posicionadas em polos de poder antagônico; sua ciência padeceu pelo próprio carácter do sistema, não poderia ser diferente. Nós estamos numa fase superior, não podemos padecer dos mesmos erros que eles, pois nós já sabemos. O conhecimento não avança aos pulos, ele é acumulativo. É uma característica do sistema racional do humano, ele se apropria de tudo produzido anteriormente e agregando sua contribuição, avança sempre, tendo esses marcos de criatividade como uma espécie de saltos evolutivos do processo de conhecimento, tal qual a primeira geração de humanos indicou em salto biológico, não importa se com as crianças tão belas, ou com as da feiura, espanto ou assombro.

O tema da subjetividade é, portanto, um tema falso, de manobra, de manipulação, de falsidade, de produção de promiscuidade do conhecimento social para que este campo disciplinar do saber do mundo humano fosse destituído dos preceitos racionais de valores morais e princípios éticos

intelectivos e ficasse refém das arbitragens e do livre arbítrio para que as conversações sobre fatos e fenômenos sociais fosses conversações que não levassem para lugar nenhum e não chegassem a coisa nenhuma.

A noção de subjetivo apenas indica que no âmbito da consciência humana da pessoa existe uma característica que lhe é inerente e que lhe define: a consciência racional, o intelecto, o conhecimento, o juízo, a razão, o entendimento. Essa é única noção certeira sobre o termo subjetivo. O termo subjetivo indica somente a condição de que a pessoa, o sujeito, contém conhecimento racional e intelectual como parte definitiva de sua consciência humana, e como parte de sua própria condição humana: a condição humana é racional e intelectual por natureza. O subjetivo se refere simplesmente ao intelecto. O carácter subjetivo comporta uma série de outros aspectos e atribuições características mas nenhuma delas está relacionada a manipulação, a falsificação, a fraude, a adulteração de informações e dos aspectos característicos dos fatos ou fenômenos. A falsificação, manipulação, a fraude, a hipocrisia, o fingimento, a dissimulação, a perfídia, a deslealdade, a adulteração têm outros motivos que não a subjetividade. A subjetividade simplesmente significa que a pessoa é um sujeito cognoscente, que o conhecimento está na pessoa do sujeito e não no objeto. A percepção da pessoa varia por várias razões, as percepções variam pela idade, pela área do conhecimento, pela graduação da formação, pelo contexto social. A pessoa é considerada subjetiva no sentido da racionalidade em que estamos definindo – no sentido científico: cognoscente, intelectivo, racional – em razão da complexidade da vida natural e social. A pessoa é, portanto, considerada subjetiva – inteligente – em temos de tendência, propensão, características, aspectos profissionalizante e técnico-científico. Essa característica da consciência é inerente a racionalidade da pessoa em sua tendência profissionalizante. A tendência da pessoa é profissionalizante e diversificada, variada, em diferentes modalidades de tendências intelectuais profissionalizantes em razão da complexidade do mundo natural e social para que haja pessoas para ser padeiro, marceneiro, carpinteiro, ferreiro, pedreiro, encanador, comerciantes, industriais, agricultores, profissionais liberais diversos, para que no campo do mundo social haja pessoa com tendência, inclinações, propensões profissionalizantes para ser geógrafo, historiadores, filósofos, sociólogos, literatos, para que no campo do mundo natural haja pessoas com inclinações e tendência para serem físicos, químicos, geoquímicos, geólogos, astrólogos, biólogos, médicos. A tendência da pessoa racionalizante é variada, e é, portanto, subjetiva em termos de tendência profissionalizante para que haja capacidade técnico-científica e profissional diversificada para ir-se dando contas das necessidades das condições materiais de existência que os contextos históricos vão sugerindo para o progresso do sistema político e da pessoa. Se não confundirmos os significados pragmáticos e utilitaristas técnico-científicos e metodologicamente sistemáticos podemos utilizar o termo subjetivo para nos referirmos a essas tendência e inclinação profissionalizantes e temáticas da pessoa desde

que não caiamos no erro de confundir opiniões vulgares ou sensos comuns generalizados e associarmos a palavra subjetivo. A palavra subjetivo como dissemos significa simplesmente consciência e razão. Existe neste sentido uma subjetividade – racionalizada, intelecto – da pessoa no sentido de que as pessoas têm tendências profissionalizantes para que atendam as mais variadas formas materiais e existência de vivência social.

A variação da percepção como dissemos obedece a outros aspectos e motivos – idade, formação, grau de formação, contexto histórico – que não o erro do uso falso e de desconhecimento da palavra subjetividade. A variação da percepção portanto no primeiro nível refere-se a adequação da capacidade intelectual para dar conta da variedade do mundo em termos gerais, quer dizer, a dimensão humana é constituída por uma inteligência subjetiva em termos de tendência de propriedades temáticas diferenciadas para conferir possibilidade de compreensão da multiplicidade distinta do mundo não tendo absolutamente nenhuma conotação com o desconhecimento, isto é, não sendo um aspecto que justifique ou alivie o erro por considerar-se que a percepção é subjetiva – o subjetivo é exatamente a possibilidade de racionalidade do mundo. Nesse sentido, a percepção sobre o mesmo fato fenomênico observado também varia por algumas razões objetivas que são próprias da essência do tangenciamento dos fatos e fenômenos naturais ou sociais. Mesmo em sento o intelecto racional, a percepção sobre o mesmo fenômeno observado pode variar pelos motivos de faixa etária por exemplo, a percepção de uma criança e de um adulto sobre o mesmo fenômeno; por grau de formação educacional e técnico científico, da percepção de um discente de nível médio e de um graduado sobre o mesmo assunto; pode variar em razão de variações temáticas de formação de um engenheiro elétrico emitindo parecer sobre um evento social com a percepção de um graduado em ciência social sobre o mesmo tema; pode variar também pela incompreensão exata do questionamento referido ao fenômeno observado que pode fazer com que destoe dois técnicos de mesma formação sobre o assunto em questão. Em todo caso, a variação da percepção não guarda nenhuma ligação com a falsificação ou a manipulação ou com o erro deliberado ou planejado ou intencional de maledicência. Em termos técnicos a variação da percepção não se liga a nenhuma forma de falsificação. Em geral, a percepção tende a variar inicialmente em relação ao mesmo objeto sob o estudo de uma equipe disciplinar que investiga determinado fenômeno em razão do tangenciamento das propriedades inteligíveis atenderem também as inclinações e talentos das variações imperceptíveis dos profissionais de iguais áreas temáticas de investigação que provavelmente manifestam níveis de compreensão e conhecimento sobre filamentos específicos acerca dos fenômenos observados distintamente. O antagonismo ou oposição de percepção acerca dos mesmos fenômenos por profissionais significa infalivelmente erro de percepção e indica procedimentos de manipulação e falsificação de informações estimulados por alguma propriedade errática de egoísmo como ganância ou avareza, inveja ou rancor, luxúria ou vanidade, aspectos que excitam modalidades

de percepção de exploração, disputas de poder por dinheiro, corrupção, mentiras, acoimadas estas por muitas situações de acobertamento técnico-científicas. Muito pouco se tem dito, por essa razão, sobre a noção de subjetividade. A subjetividade, aspecto característico da condição da pessoa humana, corresponde a referência do intelecto que jaz inerente no interior da caixa craniana indicando aquele traço elemento que é específico do humano e que habita no ambiente interno ou interiorano da pessoa, o córtex intelectivo, isto é o aspecto subjetivo, isto é, o que está no interior do sujeito, o que define a pessoa humana: a consciência. A subjetividade neste sentido não faz nenhuma referência a não-racionalidade ou a opinião passional ligada a sentimentos e a formas de vociferação que variam pelas diferenciações das pessoas em termos de condições sociais e materiais de vida indicando uma condição menos objetiva: o subjetivo não é oposto ao que é objetivo, o objetivo define apenas que a objetividade é produto da investigação e análise do sujeito que age intelectualmente a partir de mecanismos racionais de inteligência indicando as propriedades e atributos objetivos dos fatos e fenômenos observados. A subjetividade refere-se exclusivamente e simplesmente ao fato certeiro de que o humano é constituído por uma capacidade cognitiva e intelectiva que define a sua subjetividade enquanto pessoa modulada por tendências e inclinações racionalizantes, nada mais que isso. A subjetividade certamente tem uma correspondência com a quantidade e variedade de racionalidades. É importante deixar bastante evidente que a subjetividade guarda conexão necessária com a inteligência e razão, esse é o seu fundamento mais preponderante. Quanto a sua vinculação com a quantidade e variedade de formas diferenciadas de percepção de sujeitos pensantes não mais tem a ver com opiniões falsas e sim com a multiplicidade de talentos, tendências, inclinações, predisposições, motivações e atitudes que também são variáveis em graduações e em filamentos específicos e muito mais em aspectos que não dizem respeito as suas ações profissionalizantes ou técnicos-científicas ou profissionais mas que dizem respeitos a temas diversos da vida que escapam de sua formação profissional. Isso porque a multiplicidade da realidade do mundo sugere e requereria uma multiplicidade de talentos e formações diferenciadas para dar conta de todas elas. Assim que a variedade de pessoas em suas múltiplas particularidades individualizadas corresponde às necessidades das exigências sociais e naturais para fazer frente a compreensão das variedades das coisas do mundo natural e social simultaneamente de tal modo que as formas de percepção variam neste primeiro momento e são variáveis porque elas se aplicam a questões e objetos distintos e diferenciados e envolvem pessoas dos seus respectivos campos profissionais e pessoas com formas de percepções de outros campos ou áreas de saber ou formação práticas acerca de temas distintos daqueles em que atuam. No âmbito mais próximo, as percepções variam também acerca dos mesmos objetos por várias razões pertinentes:

- variam em razão da idade da pessoa;
- variam em razão da formação da pessoa e do nível de graduação;

- variam em razão da configuração do objeto que pode apresentar filamentos diversos em extensão;
- variam em razão do entendimento da questão em investigação acerca da precisão do aspecto a que se quer ou se pretende conjecturar;
- a percepção varia por fim em termos de acesso a mais ou menos informação;
- as formas de percepção tendem a equacionar-se pelo cercamento do objeto e da equalização das questões pertinentes a ele referidas. A percepção dos objetos em termos de racionalidade não funciona de nenhum modo com relação a pontos de vista e antagonismos acerca dos mesmos fatos fenomênicos observados. O conhecimento racionalizante funciona em termos de lógica de correspondência e complementariedade de adequação e ajustamento em relação aos fatos e objetos. A percepção funciona como um campo aberto em termos históricos e de contextos e a ação social das pessoas realiza-se para atender suas necessidades naturais e sociais para o seu bem estar material e social utilizando os modos racionais e objetivos e os procedimentos cognitivos para confeccionar as melhores mercadorias e encontrar as melhores modalidades de práticas para fazer com que o sistema político desenvolva-se em processo evolutivo com tendência de equilíbrio para alcançar a finalidade a que ele se destina em termos de condição humana, valendo-se da criatividade de conjunto da população nas suas mais diversas formas de conhecimento profissionalizante. As várias modalidades de combinações criativas no processo aberto do contexto histórico respondem para a atenção das necessidades do sistema político e social e ele encontra as suas mais diversas formas de combinações e ações sociais para funcionar em desenvolvimento evolutivo da condição humana.

Embora não tenhamos realizado a descrição e a sistemática de todos os níveis de como as formas de percepções funcionam e sim apenas as suas linhas mestras principais, poderemos tomar um exemplo concreto acerca da percepção de um profissional da ciência social, por exemplo, da sociologia em particular para termos consciência e compreensão de como os procedimentos cognitivos de percepção acerca da realidade natural e social se realizam se se confundir como nenhuma forma de ponto de vista. Um sociólogo com grau de doutor ou com grau de pós-doutor por exemplo, quando faz um diagnóstico, quando faz um parecer, embora este doutor sociólogo seja uma pessoa, uma unidade numérica, se referindo a pessoa que fala, a sua percepção sobre o fato ou fenômeno analisado ou investigado se refere a todo o seu conhecimento acumulado da área de ciência social – de sociologia – desde os Gregos até o período contemporâneo disponível de forma sistemática, coerente, orientado por uma epistemologia, por todos os seus estudos e formação, esta pessoa sociólogo quando fala seu diagnóstico, quando menciona sua percepção, ela fala com toda a sua base

de conhecimento científico, técnico-metodológico: entendam, não é um ponto de vista, ele não está falando sozinho, embora seja uma pessoa individual, uma pessoa numérica, ele está falando em nome do conhecimento sociológico disponível e sistematizado da ciência social.

9 CIÊNCIA SOCIAL – EPISTEMOLOGIA – INTERDISCIPLINARIEDADE – EIXOS TEMÁTICOS = CONHECIMENTO CIENTÍFICO: ATUALIZAÇÕES METODOLÓGICAS CONTEMPORÂNEAS PARA AS CIÊNCIAS SOCIAIS

A ciência social do sistema social é uma ciência avançada. É o entendimento humano mais complexo e mais avançado do que todas as fases anteriores. Ela, a ciência social, em sua natureza de consciência racional de conhecimento inicia e avança sempre referenciada nos pontos de origem do entendimento das coisas, dos fatos ou fenômenos, a partir dos quais a mente consegue entender suas bases e formulações teóricas, bem como as múltiplas conexões intrínsecas as suas duas esferas amplas de cognição: a área social e a área natural. O processo de investigação científico, desde agora, tem que seguir um perfil epistemológico de investigação, quer dizer, tem que catalogar a partir de eixos temáticos, de linhas de indicação de horizontes, e percorrer para trás e para frente, ao longo desta linha metodológica. A epistemologia é essa forma de abordagem que vai permitir recuperar a partir de temas selecionados todo o acumulado do conhecimento já produzido até hoje, percorrendo, no estilo ziguezague com efeito revestrez, autores aparentemente antagônicos e juntando a partir de uma costura fina, como colcha de retalhos, e recuperar, cobrindo todos os ângulos de conexões de sua dinâmica evolutiva e demarcando as contribuições interdisciplinares. Assim desta forma será possível recuperar toda a produção do sistema anterior, e o material anterior, ao sistema capitalista, refazendo, como uma espécie de revisão bibliográfica analítica de tudo que já foi produzido, a partir de eixos temáticos. A separação das ciências é uma doença que só produz confusão. A pessoa já sabemos, é composta por seis fatores:

Fatorações da Pessoa	Propriedades Disciplinares das fatorações	Propriedades Fatorais-disciplinares do Sistema Político
1º. O Político	O político é a direção, o caminho a orientação do horizonte	O político tem sua expressão institucional na estrutura do Estado
2º. O Econômico	O econômico é o trabalho para a sobrevivência e o bem estar material	O econômico tem sua expressão institucional na estrutura do Mercado
3º. O Religioso	O religioso são os preceitos e princípios éticos e morais de orientação da conduta e do comportamento	O religioso tem sua estrutura institucional expressa nas Igrejas

4º. O Cultural	O cutlural são os processos adaptativos e de ajustamento aomeio natural (geografia, clima, alimentação, etc) e social (tipos sociais, grupos sociais)	O cultural tem sua estrutura expressa nos Povos, Nações, Comunidades
5º. A Consciência	A consciência é a racionalidade, é escolar	A consciência tem sua estrutura expressa na foram institucional da Escola
6º. O Social	O social é o inter, o meio, e espaço aberto entre um e outro	O social tem sua estrutura expressa pelas relações sociais, pelas interações humanas.

Os fatores sociais da pessoa respondem pelas características associativas e organizacionais dos processos de sociabilidade e interação humana, bem como pelo âmbito da organização da vida material e produtiva e de toda a infra-estrutura, logística e de benfeitorias de suporte para os níveis materiais de satisfação de bem-estar. O primeiro fator, o político. A política refere-se à organização do ordenamento institucional, administrativo-jurídico de normatividade do sistema social. A ela cabe definir as propriedades-componentes característicos do sistema social a partir da estrutura do seu ordenamento político (se Grupo, se Aldeia, se Comunidade, se Cidades-Estados, se Impérios, se Estados-Nacionais). E em conformidade e consonância com tal sistema está a formulação de seus princípios diretivos, de formulação do caminho a seguir, do horizonte a ser percorrido e donde se quer chegar, que para usar a expressão da Hannah Arendt contida em seus trabalhos O que é política e a Condição Humana que sintetizam grande parte do conhecimento antigo até as cidades-estados, a autora define que a principal função e objetivo da política é a libertação humana e a manutenção da vida em níveis de dignidade de plenitude humana. O segundo fator, o econômico, o mercado, é a infantaria e a base material que instrumentalizada pelas propriedades características dos componentes do sistema diretivo têm como principal função garantir a satisfação e recursos materiais em formas de produtos ou mercadorias para a satisfação material da vida tendo como principal meio de produção de riqueza e melhoria das condições de existência a atividade do trabalho, o subfator por excelência da fatorização econômica do mercado e das suas relações de troca e produção. O terceiro fator, o religioso. O fenômeno religioso ou a fenomenologia da religião não somente define-se durante o processo evolutivo de existência social como o reconhecimento de uma existência divina de providência da vida humana por suas dádivas e provisões quanto consagra a própria existência da condição humana a uma memória imemorial de eternização e imortalidade dos seres geracionais de familiares e amizades sociais que desde sua ascendência de ancestralidade sustentaram os princípios norteadores responsáveis pela existência das gerações atuais através dos seus trabalhos, esforços e dedicação em prol da existência da vida. Ademais, a religião enquanto instituição religiosa de religiosidade de celebração e louvores de graças e oferendas tem por objetivo promover e estimular as modalidades de práticas das propriedades

componentes dos sistemas de comportamentos e orientações sociais das pessoas através da manifestação do caráter exemplar dos seus pastores e eclesiásticos, para o fortalecimento do ânimo e do espírito de vontade de realização da vida no plano cotidiano de existência no mundo. O quarto fator, a cultura. O fator cultural de natureza adaptativa e de ajustamento do meio natural e social responde pelas diferenças que o meio das condições geográficas e climáticas produzidos causam na diferenciação dos povos, considerando as miscigenações em termos de tonalidade de pele, que se poderia chamar de modalidades raciais em termos de tipos distintos de gentes. Mas a dimensão cultural do ponto de vista fatorial relaciona-se estritamente ao caráter de diferenciação de estilos de modos de vida devido a influência do meio natural e social, e portanto, dos estilos de práticas e estilos de comportamentos prescritivos em termos de objetividades de componentes comportamentais que podem desenvolver-se a partir destas condições contextuais não significando de nenhum ponto de observação qualquer diferenciação em termos de articulação da pessoa ao tipo de sistema social em evidência em razão de suas condições biológicas, mas ao contrário, sendo a cristalização variável em termos de estilos de diferenciação de estilos de práticas do mesmo sistema. O quinto fator, a consciência. A consciência ou espírito de consciência da condição humana estrutura-se de maneira psíquicofisiológicosocial e tem na estrutura afetiva a localização de sua racionalidade avançada em termos de inteligência humana. A estrutura craniana do humano, ponto máximo de uma estrutura orgânica e biológica avançada, em sua organização psiquicofisiológicosocial encontra-se composta pela mesma graduação de complexidade responsável pela criação cosmológica do universo, em termos de inteligência e tendência de equilíbrio. Como parte universal do sistema cosmológico, o humano detém do ponto de vista de sua consciência inteligente, o entendimento para a existência no planície terra e a capacidade de confecção e transformação da natureza natural em artefatos, obras ou mercadorias para a manutenção da sua existência viva em níveis de satisfação social e de bem-estar material suficientes para uma vida plena, na medida em que for capaz de identificar rigorosamente os fenômenos dos fatores sociais a que estamos tratando e estabelecer a partir deles as diretivas e as propriedades- componentes características de localização dos pontos-ótimos adaptativos e de ajustamentos para a superação dos obstáculos e sedimentação da vivencia em sociedade em termos de equilíbrio e manutenção da vida. Se diz em termos de equilíbrio e preservação da vida porque como os filósofos gregos já identificaram a muito tempo, o sistema cosmológico funciona em sua estrutura gigantesca de astros luminosos, com sua estrutura de planetas, estruturas de satélites e estruturas siderais e atmosféricas numa ordem orgânica de tendência de equilíbrio em que a vida constitui sua principal razão de ser e em sendo a vida humana a única forma orgânica e biológica composta por capacidade craniana avançada de inteligência com sua estrutura de consciência psiquicofisiológicosocial, esse conhecimento não poderia se expressar em graus de maximização neurológico funcional sem as estruturas de afetividades que constituem a massa de neurônios de criatividade da caixa craniana em virtude de ser as estruturas de afeto os únicos

mecanismos inteligentes capazes da preservação da consciência de uma valorização da vida, na medida em que a dimensão do social implica a união dos corpos sexuais e esta união e partilha de comunhão não se realiza fora das estruturas afetivas em termos de plenitude e satisfação de equilíbrio para a concepção da existência da vida humana. Em extensão a este nível biológico se expande o nível sócio-econômico e político, que por sua vez, agregado ao cultural e religioso, definem os níveis materiais de vida social e garantem as bases de justiça sociais e igualdade distributiva compatíveis com os níveis do trabalho e as capacidades de formação profissional.

E cada pessoa carrega por assim dizer todos eles, sem diferenciação, além de sua presença ser composta por dupla dimensão, uma base material e uma social, ou em outros termos, um corpo biológico, e uma alma social. Esse corpo duplo, biológico e espírito, a pessoa, contém 6 fatores que circunscreve sua condição humana. Separar a ciência social em sua área social, por antropólogo, sociólogo, ou politólogo, por exemplo, só gera atropelos, tropeços e cabeçadas e rixas de pessoas que estão falando a mesma coisa sem estabelecer conexões da referência da pessoa humana. Analisar pessoas recortadas por sua dimensão política, desconsiderando as demais, ou por sua condição cultural, desconsiderando as demais, ou por sua condição econômica, desconsiderando as demais, digo, os demais fatores. Recortam as pessoas e selecionam um fator para investigação, sendo que uma pessoa são 6 fatores e duas dimensões. O certo vai ser trabalhar a vida social da área social por eixos temáticos sendo que cada eixo temático cobre os seis fatores e consideram suas duas dimensões, assim se garante a interdisciplinariedade da área social e natural, bem como se garante a cobertura da análise dos 6 fatores, levando em conta, obviamente. A nossa forma de explicação e exposição está seguindo esta abordagem epistemológica de linha metodológica temática e a sua articulação com as distintas dimensões e o mundo da vida. Onde está a confusão ou o erro em analisar o Estado, como área da Política, o Mercado, como área da Economia, ou a cultura como área da Antropologia, ou a sociedade moderna, como área da Sociologia. Com exceção da sociologia e suas dimensões da pessoa da sociedade moderna, que merece comentário, à parte, nos demais exemplos se confunde a atividade do fator com o próprio fator da pessoa humana. O Estado, por exemplo, é uma forma organizacional que articula tanto o fator da dimensão política, quanto econômico, quanto, religioso, quanto cultura, quanto a consciência, quanto o social. Todos os fatores contêm compartilhamentos dos 6 fatores em 1. Assim se digo que a pessoa é:

- político,
- econômico,
- religioso,
- cultural,
- consciência,

- vi) social; cada uma destas dimensões contêm as outras seis dimensões numa só, porque elas são intrínsecas e inerentes e inseparáveis entre si; a pessoa, por assim dizer, em estilo didático é uma instituição social, uma organização social que opera por essas 6 fatorações simultaneamente e ao mesmo tempo.

Quando digo que tomei uma decisão econômica é porque junto a essa decisão está embutida, o político, o cultural, o religioso, a consciência, social. A atividade do fator do mercado, por exemplo, como atividade do fator econômico não se reduz a esse único fator nem se confunde com ele, o mercado é tanto econômico, quanto com a mesma intensidade é político, cultural, é religioso, é consciência. Definir o mercado como eixo temático de investigação significa traçar a análise linear do papel do mercado e de como ele se comportou ao longo do processo social a parti das suas 6 fatorações. A unidade da análise sociológica referida na pessoa como unidade de objetividade limpa, em primeiro, indica a sua densidade de matérias, em termos de propriedade de matéria de moléculas de neutros de matérias objetivas e empírica, mas em segundo lugar, sua unidade objetiva, enquanto objeto de análise sociológica se define por sua condição social dura e bruta, na medida em que a pessoa é uma instituição social composta pelos cinco fatores que configuram ou plasmam a sua existência social. o mesmo se aplica se amplio um pouco mais a referência e a extensão ao âmbito familiar, tal qual a pessoa, a família também é uma instituição. Tanto a pessoa quanto a família carregam em sua existência social a configuração micro do sistema a qual pertencem, resguardando, portanto, o entrelaçamento dos cinco fatores que lhes compõem. A família tal qual a pessoa é a referência micro do grupo, da classe, do estamento, do estado, do sistema. A casa, por exemplo, é uma base econômica formada por mão-de-obra e competência técnica, com um circuito orçamentário, esquemas de planejamento e investimentos domésticos. Também é ao mesmo tempo uma organização social de natureza política, o pai e a mãe carregam a autoridade hierárquica do lar e dos estatutos domésticos se estendem aos filhos como direitos e deveres. Também é um ambiente de afeto e estima, pois os laços de casamento possuem preceitos religiosos ou costumes consuetudinários, de natureza civil ou exclusiva. A espiritualidade ou a dimensão do religioso fazem parte da vida doméstica, seja um lar de ateu, um santo ou profeta. A espiritualidade é essa crença em algo sobrenatural, seja crença nas estrelas ou na lua de uma família antiga, seja a espiritualidade de um descrente que se arrepia quando ver um gato preto ou nunca passa debaixo de uma escada. Não importa se existe Deus ou não, a espiritualidade é parte imanente da pessoa e da família e ela não esgota em acreditar ou não em Zeus. A pessoa como instituição social assim como a família implicam um 21 recorte metodológico baseado em eixos temáticos ou área de investigação tendo a temática ou sendo a temática ou linha investigativa por onde vai passar a confluência de suas cinco fatorações. No último estágio do sistema errático, a ciência social desse período, já havia se dado conta disso e os grandes centros de excelência tem se esforçado em estabelecer procedimentos metodológicos interdisciplinares para dar conta de

sua evolução. Mas a ausência de informações como estas que estamos partilhando impedia uma estruturação sistemática e rigorosa em termos de metodológicos de formação dos eixos de investigação e de cruzamento de vários ramos do saber. Esta é a tendência da ciência social do sistema em evidência, sistematizar e concluir esse esforço que já vinha sendo feito entre as grandes universidades e restaurar o ensino em todos os seus níveis escolares de formação: Infantil, primário, ginásio, secundário, cursos técnicos, profissionalização, universitário, Municipal, Estadual, Federal O conhecimento é parte da essência humana. A dimensão subjetiva refere-se a estrutura cerebral nos seus três sistemas intelectual:

- sistema intelegível;
- sistema sensível;
- sistema motor.

O acionamento do intelecto ou dos neurônios com propriedades de neutros de moléculas criativas atiçam-se em contato com o meio natural ou social que o rodeia. O sistema cerebral ou neurológicos – o sistema cerebral é todo uma máquina ou um sistema para produzir conhecimento e transformá-lo em modalidades de prática e produção de artefatos e tecnologias – destila-se, portanto, em conexão com o meio natural e humano que o rodeia, processando-os através de mecanismos de percepção e cognição quando mediante estímulos sensoriais entram em ebulição e metabolismo cognitivo. O entendimento destas conexões cristaliza-se em constelações motoras, artefatos comportamentais, que por sua vez, desprendem-se em artefatos materiais, estruturas técnicas. A técnica é um conhecimento intelegível, a tecnologia é o artefato material produzido por tal sistema técnico de conhecimento. Nós confundimos a técnica com a tecnologia. A tecnologia é o artefato material derivado do conhecimento técnico. E técnico é o profissional das ciências da natureza, profissional é o que maneja o conhecimento técnico, sendo que todos os experts tanto da área social quanto natural são profissionais da técnica social ou da técnica natural. É o mesmo nível de rigor teórico e objetivo. O filósofo, portanto, é tanto profissional técnico das propriedades morais quanto o médico é um profissional técnico do saber biológico do corpo humano. As propriedades morais ou preceitos ou ethos que estruturam e cristalizam as modalidades de personalidade e das diretrizes comportamentais são propriedades das conexões afetivas dos átomos de moléculas de neutros de propriedades afetivas da matéria dura e objetiva que são as propriedades atômicas. O descredenciamento da filosofia e de muitos campos do saber, como literário, a poesia e mesmo a religião, da esfera científica e pura da cientificidade da ciência devido ao engajamento errático do entendimento, que a partir do século XV, como já referenciamos, passou a considerar essas esferas como esotéricas por pairar em campos imaterialistas e abstratos no nível de uma abstração desreferenciada da matéria de propriedades de matéria atômica. Além disso, os próprios profissionais destas áreas contribuíram em muito para legitimar esse tipo de pensamento com produção

fantasmagórica, sem saber que estavam, eles mesmos, afundando em sua própria cova de mediocridade, um tiro no próprio pé, como se diz, sem saber do mal que estavam fazendo para si mesmos. A filosofia se encontra hoje, por exemplo, sem referência nenhuma para dirigir sua investigação, encontra-se desfocalizada e não conseguem indicar exatamente o alvo de sua vida científica. O filósofo é um psicólogo para indicar diretamente o seu campo de saber, ele trata da dimensão da alma e do ser em termos das propriedades psico-sociais que atiçam o sistema cerebral e cristalizam suas modalidades de práticas. A psicologia substituiu a filosofia e agora a filosofia precisa se encontrar com ela mesma. Os preceitos e valores morais, a existência do ser humano, ou os níveis de felicidade, o gosto ou a estética, a feiura ou o assombro não são abstrações alucionógenas, são propriedades físico- químicas de materialidade de átomos incrustradas nos neurônios e cristalizadas em práticas por processos adaptativos e de ajustamento ao meio natural e humano pelo sistema motriz que cristaliza a interação tridimensional do nível intelectivo, do nível sensorial em seu nível motriz ou motor. A filosofia é tão dura de objetividade científica quanto qualquer área do conhecimento natural que reivindica sua dureza por um artefato tecnológico bruto como o avião ou um laboratório sofisticado para produzir medicamentos. As estruturas de afeto ou afetividade são tão brutas de força de dureza não por ser algo imaginativo e abstrato, mas porque suas propriedades de átomos de moléculas afetivas produzem cristalizações tão robustas de matéria atômica social e comportamental que faz inveja a qualquer avião que voa ou a um laboratório químico de fármacos. Assim temos, em resumo, que a ciência social em sua área social e natural nas suas mais distintas modalidades de investigação têm o mesmo nível de objetividade científica, mas estão a serviço de diferentes aspectos ou recortes da realidade humana, e cada um na sua função carrega o mesmo heroísmo para o processo evolutivo do sistema social de luz, do ponto de vista científico. As propriedades da alma e as propriedades psíquicas das matérias sociais são indispensáveis para o desenvolvimento do conjunto, são elas que vão conduzir as diretivas dos diferentes modalidades afetivas necessárias a força do trabalho bruto ou manual, necessárias a finura do profissional que atua no âmbito da matéria atômica fina, necessária para a precisão cirúrgica do médico não ficar nervoso na hora da operação do coração ou cerebral, necessárias ao entusiasmos para se acordar todos os dias e não ter preguiça de trabalhar e cumprir com as suas obrigações diárias, necessárias para o entendimento e partilha da comunhão da pessoa, do cidadão, com a família, com a esfera pública, na vida intima da casa, de namorar com a esposa sem precisar dar uns tapas, de dirigir seus automóveis ou conduções com prudência e moderação, de frequentar os bares, as boates, os restaurantes, as discotecas, os espaços públicos de lazer sem tá precisando fazer baderna ou confusão, mas ao contrário se apropriando de tudo que é belo, bom, e sano, para com alegria poder viver sem amarras, sem restrições, sem medos, sem imposição, porque os níveis de consciência social já são tão elevados. A filosofia e todo o campo literário, portanto, deve encontrar o seu caminho de análise e corrigir a trajetória errática que tem

seguido, ele tem que restabelecer o tema da moral da vida social, o mundo caminha sem a moral como guia e orientação.

10 A CONSTITUIÇÃO, INSTITUCIONALIZAÇÃO E PROFISSIONALIZAÇÃO DA SOCIOLOGIA NO BRASIL

Neste tópico deste relatório de pesquisa vamos apresentar um resumo dos principais trabalhos que tratam do processo de institucionalização da sociologia no Brasil tendo como base principalmente o trabalho de Antônio Cândido – A Sociologia no Brasil. Revista de Sociologia da USP: Tempo Social, 2006, vol. 18, n. 1. – e o livro de Carlos Augusto de Proença Rosa – História da Ciência: a ciência e o triunfo do pensamento científico no mundo contemporâneo. 2ª ed. Brasília: FUNAG, 2012. vol. III. – com a utilização da parte do texto: 7.6.6.1. Sociologia no Brasil, p 447-458 – que descrevam o processo de constituição, institucionalização e profissionalização da sociologia no país de maneira detalhada informando os períodos sócio-histórico com o perfil do pensamento sociológico predominante nas várias épocas indicadas, os principais autores e intelectuais envolvidos no processo de investigação e os temas tratados durantes as várias fases em que tais autores trilharam o percurso de constituição da sociologia como ciência do mundo humano. O trabalho de dissertação de Simone Meucci – A Institucionalização da sociologia no Brasil: primeiros manuais e cursos – defendido no Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP em 2000, também será utilizado como referência deste conteúdo temático.

No processo de constituição e institucionalização da sociologia e do sociólogo como campos profissionais da ciência se identifica três períodos ou fases (CANDIDO, 2006; PROENÇA ROSA, 2012) através das quais a sociologia vai se constituindo como ciência reconhecida pela institucionalidade nacional, que embora estas mesmas fases apresentem diferenças temporais distintas em relação aos tempos definidos, eles correspondem em termos históricos as suas principais características:

- A primeira fase: 1850/1880-1930
- A segunda fase: uma fase intermediária: 1930-1940
- A terceira fase: 1940-1964 (em diante)

Mesmo tendo estas três fases definidas é importante definir os aspectos principais que as definem e os contextos históricos a que elas representam para que possamos ter uma caracterização temporal mais homogênea uma vez que Antônio Cândido considera suas três fases sendo a primeira a partir de 1888-1930, uma segunda fase intermediária, 1930-1940, e uma terceira fase depois de 1940-1964, enquanto que Carlos Augusto Proença Rosa considera essas três fases de maneira diferenciada definindo a primeira a partir de 1850-1930, a segundo 1930-1964, e uma terceira fase depois de 1964. Nesta situação de fases diferenciadas tomaremos os aspectos principais destes dois

autores que correspondem a estas fases identificando as características das mesmas pelos principais eventos, acontecimentos ligados ao pensamento científico sociológico em formação que não desvirtue as proposições temporais destes mesmos autores na medida em que elas têm os mesmos aspectos principais correspondentes associados a outras características subsidiárias. O importante em considerar o tempo e o espaço em uma percepção sociológico significar definir os eventos, os acontecimentos que estão encadeados por uma sequência sucessivas de acontecimentos vinculados uns as outros em uma relação de causalidade e efeitos pragmáticos que os contém enquanto atributos significativos das ações empreendidas para pelos agentes sociais em termos de suas intencionalidades utilitaristas e pragmáticas. Assim desta forma consideraremos as seguintes fases a partir destes dois autores definidas pelas características:

- A primeira fase: 1850-1930: caracterizada pela formulação inicial do pensamento sociológico em que consistia em uma sociologia muito genérica e doutrinária ainda manifestada por um caráter literário e livresco sem muito preocupação com a pesquisa empírica e sistemática.
- A segunda fase: 1930-1940: definida pela institucionalização da sociologia como disciplina e institucionalização dos cursos de ciência sociais nas universidades e uma preocupação sistemática e rigoroso metodologicamente orientada pela pesquisa de campo, registro etnográfico, utilização de material documental, observação participante, trabalhos de comunidades e uma preocupação de análise dos problemas nacionais como forma de interversão.
- A terceira fase: 1940-1964 em diante: definida pela institucionalização de logísticas universitária e institutos de pesquisas, instituições setoriais estatais para a garantia do processo de produção e reprodução do conhecimento sociológico.

11 A PRIMEIRA FASE: 1850/1880-1930.

Neste período do século XIX caracterizado pelo processo de desagregação do regime colonial que aos poucos se transformaria no período republicano a partir de 1889 se convivia em um contexto social com limitadas condições estruturais educacionais em que se convivia simplesmente com o conhecimento da medicina e do curso de direito, em um contexto de um regime de escravidão, em que o direito ao ensino e educação eram dispensado as pessoas livres e principalmente as pessoas consideradas nobres da aristocracia colonial, onde os intelectuais com tendências ao conhecimento social não detinham conhecimento específico sobre este tipo de conhecimento – eram autodidatas e os poucos que existiam da área tinha se formado no exterior – que embora já estivesse sido formulado e se constituído na Europa Ocidental em que os português faziam parte, no pais colonial brasileiro, este campo disciplinar de conhecimento encontrava muitas resistências educacionais devido

primeiramente ao caráter de ensino dispensado nas escolas secundárias e faculdades totalmente literário, livresco, retórico, sem espirito crítico e investigativo e sem entusiasmo pelo método experimental (CANDIDO, 2006; PROENÇA ROSA, 2012) encontrado ainda a dificuldade do sistema do ensino na colônia ser dirigido completamente pelas autoridades eclesiásticas que não reconheciam a ciência social como campo disciplinar. Somente em 1879, Rui Barbosa proporia a sociologia como disciplinar escolar em substituição ao ensino de direito natural. No ano de 1891 a sociologia passa a constar no currículo escolar secundário a partir da reforma educacional orientada pelo Ministro de Instrução Pública Benjamim Constante mas a mesma é retirado do sistema de ensino secundário no ano de 1898 por não se considera uma ciência os fenômenos sociais. No período em que vigorou no ensino secundário, a sociologia foi ensinada no Colégio Militar do Rio de Janeiro de 1891-1898 por Laurindo Leão.

Nesta primeira fase o pensamento sociológico evoluiria para formas mais avançadas de análises saindo dos interesses teóricos de ordem doutrinal e de preceitos e princípios gerais para uma tendência de estudos mais históricos-geográficos com análises históricos-pragmáticos sobre a realidade nacional com o objetivo de compreensão dos fenômenos sociais motivados pelas possibilidades de intervenção no processo social do país, com trabalhos de análises da cultura nacional popular realizadas com enfoques e levantamentos empíricos. Isto é, nesta primeira fase aos autores fizeram uma passagem de transição de abordagens de caráter mais ensaístico e literário para estudos de natureza teórica baseada em estudos monográficos e interpretações mais sistemáticas dos problemas nacionais (CANDIDO, 2006). Os principais temas tratados desta fase:

- problemas relacionados aos indígenas;
- questões raciais;
- evolução das instituições nacionais; tema da modernidade da passagem colonial para a modernidade.

Os principais autores deste período incluindo as duas tendências do pensamento sociológico desta primeira fase: Silvio Romero, Tobias Barreto, Fausto Cardoso, Silvio Romero, Raimundo

Nina Rodrigues, Edgar Roquette Pinto, João Batista Lacerda, Euclides da Cunha (1866-1909), Francisco de Oliveira Viana (1883-1951), Alberto Torres (1865-1917). Lívio de Castro, Paulo Egídio.

As principais obras nacionais desta fase dos pioneiros da Sociologia:

- João Batista Lacerda (Sobre os Mestiços no Brasil, 1911);
- Raimundo Nina Rodrigues (Os Africanos no Brasil, 1933);
- Edgar Roquette Pinto (Rondônia, 1916, e Seixos Rolados, 1927);
- Euclides da Cunha (1866-1909), Os Sertões (1902);
- Silvio Romero (1851-1914), A Filosofia e o Ensino Secundário (1889), Ensaios de Sociologia e Literatura (1900) e Brasil Social (1908);

- Francisco Oliveira Viana (1883-1951), Populações Meridionais do Brasil (1918), Pequenos Estudos de Psicologia Social; Raça e Assimilação (1922) e Evolução do Povo Brasileiro (1923);
- Alberto Torres (1865-1917), O Problema Nacional Brasileiro e a Organização Nacional (1914), e As Fontes da Vida no Brasil (1915);
- Francisco Pontes de Miranda (1892- -1979), Introdução à Política Científica (1924) e Introdução à Sociologia Geral (1925), primeiro livro didático brasileiro de Sociologia; Lívio de Castro, A mulher e a sociogenia (1887); Paulo Egídio, Estudos de Sociologia criminalística (1900) e Críticas as regras do método sociológico de Durkheim (1896); Manoel Bonfim, A América Latina (1905) e O Brasil na América (1929) (PROENÇA ROSA, 2012; CANDIDO, 2006).

Em toda essa primeira fase a influência sociológica do pensamento nacional em formação orientou-se pelas tendências positivistas de Augusto Comte e Emile Durkheim e pelo pensamento evolucionista de Herbert Spencer e Charles Darwin. Essa tendência positivista foi que determinou a posição do pensamento sociológico nacional, guiando as formas de pensar, dirigindo as pesquisas, encaminhando e indicando as alternativas das análises dos fenômenos sociais a partir destes preceitos. Mas não consta em nenhum dos dois autores influência do pensamento marxista nesta primeira fase inicial, embora o marxismo e o pensamento crítico tenha sido uma das características do pensamento nacional presente nos partidos políticos de tendências de esquerda e também nas análises de identificação dos processos de exclusão social, injustiças, privilégios e preconceitos. O pensamento crítico sociológico é uma das características mais marcantes do pensamento de Karl Marx e Friedrich Engels. As principais obras estudadas e acessadas pelos primeiros intelectuais atuantes no campo dos fenômenos sociais foram:

- Esboço de uma Sociologia (1898), de Gustave Tarde;
- O que é a Sociologia (1907) de Celestin Bouglé;
- Introdução ao método de Sociologia (1923) de Pierre Bureau;
- As regras do método sociológico (1895) de Emile Durkheim;
- Resumo de Ciências Sociais (1914) de Pierre Roux;
- Sociologia: historia e principais problemas, de Leopold von Wiese;
- Resumo de Sociologia (1896) de Ludwig Gumplowicz;
- Princípios de Sociologia (1883) de Herbert Spencer;
- Tratado de Sociologia geral (1917) de Vilfredo Pareto; x) Manual de Sociologia (1909) de G. Palante (PROENÇA ROSA, 2012).

12 SEGUNDA FASE DO PENSAMENTO NACIONAL SOCIOLÓGICO: 1930-1940 – A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA SOCIOLOGIA E DISCIPLINARIZAÇÃO NAS ESCOLAS

No processo de constituição de um campo disciplinar da configuração de seu objeto de estudo e dos procedimentos metodológicos acerca das formas de investigação do objeto a que se refere o estudo científico demanda e reclama não somente esta definição de maneira sistemática e coerente, mas também se faz necessário a constituição de um ambiente institucional e logístico de infraestrutura educacional e profissional para o seu processo de produção e difusão do conhecimento. Nesta segunda fase portanto estes procedimentos de aperfeiçoamento e formulação sistemática dos mecanismos metodológicos foram sendo cada vez mais refinados e especificados considerando que os fenômenos sociais ressentiam de uma maneira científica concreta e pragmática para responder as explicações dos fatos e fenômenos sociais e definir suas eis invariáveis que rondavam os fenômenos e fatos nacionais. Antônio Cândido (2006) comenta que neste período a situação do pensamento sociológico é caracterizada pela consciência dos fatos sociais concretos da realidade nacional em que se firmam alguns critérios explicativos de investigação dos fatos e fenômenos sociais – como o recurso a história, o estudo da adaptação ao meio ambiente geográfico natural; a avaliação das etnias na formação social brasileira, o recurso da complexidade cultura – e se estabelece o avanço consecutivo para a organização, criação, fundação do pensamento intelectual e pragmático sociológico: "... o enriquecimento e modernização da teoria de um lado, opção decidida pelos métodos diretos de pesquisa da realidade presente, de outro" (p. 12). Essa fase é marcada pela preocupação metodológica da pesquisa – aspectos descritivos e psicológicos, pelos usos de técnicas de observação participantes, pesquisa de campo, levantamento de material impresso, jornalísticos, investigação empírica, estudos etnográficos e procedimentos descritivos dos diversos aspectos da vida das comunidades – crenças, trabalho, organização social, geográficos – e da realidade direita dos problemas nacionais. Há uma preocupação também com a sociologia da educação ou com o aspecto educacional relacionado a sociologia que permitisse

Nas décadas de 1920-1930 importantes procedimentos e acontecimentos convergem para a institucionalização da sociologia: a inclusão desta disciplina nos cursos regulares do secundário e universidades. No ano de 1925 passa a ingressar no ensino regular como disciplina do 6º ano ginasial, disciplina necessária para a obtenção do título de Bacharel em Ciências e Letras para os interessados nesta formação. No ano de 1928 passava a ser disciplina obrigatória nos cursos de magistérios no Rio de Janeiro e Pernambuco. No ano de 1927, as reformas de Fernando de Azevedo no Distrito Federal (1927) e em São Paulo (1933) incluem a sociologia nos currículos das Escolas Normais e nos cursos de aperfeiçoamento, e a reforma federal de ensino superior pelo Ministro Francisco Campo (1931) nos cursos complementares dos quadros do currículo nacional das escolas secundárias de forma obrigatória tendo o seu reconhecimento científico especializado inaugurado neste período com os

Cursos de Ciências Sociais na Escola Livre de Sociologia e Política (1933), na Universidade de São Paulo (1934), na Universidade do Distrito Federal (1935) e na Universidade do Paraná (1938) (MEUCI, 2000; CÂNDIDO, 2006).

Nesta segunda fase também houve um importante papel dos profissionais estrangeiros que tiveram participação nas universidades federais do país devido a insuficiências de sociólogos nacionais no momento relevante de institucionalização da disciplina de sociologia nos quadros secundários e universitários. Neste sentido, as autoridades nacionais promoveram a contratação de professores estrangeiros norte-americanos, franceses e alemão: i) professores dos EUA: Donald Pierson, Samuel Lewvry, Horace Davis, Charles Wangley, T. Lynn Smith; ii) professores franceses: Claude Levi-Strauss, Paul Arbousse-Batide, Roger Bastide; iii) prodessores alemães: Emilio Willens, Herbert Bauus.

Os professores nacionais desta fase de institucionalização da sociologia nacional: Fernando de Azevedo – Instituto de Educação da USP, Carneiro Leão – Recife, Delgado de Carvalho – Rio de Janeiro, Gilberto Freyre – Rio de Janeiro, Amaral Fontoura – Rio de Janeiro, Francisca Peeters, Juvenal Paiva Teixeira, Rodrigues Mereje. Os principais os autores nacionais dentre estes foram os seguintes: Gilberto Freyre (1900-1987), Delgado de Carvalho (1901-1951), João Rodrigues Mereje, Artur Ramos (1903-1949), Sergio Buarque de Holanda (1902-1982), Antônio Carneiro Leão (1887-1966), Fernado de Azevedo (1884-1974), Josué de Castro, Aquiles Archero Jr., Alberto Conte, Emilio Willens, Romano Barreto. E as principais obras deste período desta segunda fase: Gilberto Freyre (1900-1987), Casa Grande e Senzala (1934) e Sobrados e Mocambos (1936); Delgado de Carvalho (1901-1951), Sociologia, em dois volumes (1931), Sociologia Educacional (1933), Sociologia Experimental (1934) e Práticas de Sociologia (1940); João Rodrigues de Merèje, Sociologia Geral (1933) e Que é Sociologia? (1935); V. Miranda Reis, Ensaio de Síntese Sociológica (1933); Artur Ramos (1903-1949), O Negro Brasileiro (1934), O Folclore Negro do Brasil (1935) e As Culturas Negras no Novo Mundo (1937); Sergio Buarque de Holanda (1902-1982), Raízes do Brasil (1936); Djacir Menezes, O Outro Nordeste (1937); Antônio Carneiro Leão (1887-1966), A Sociedade Rural e Seus Problemas (1939) e Fundamentos da Sociologia (1940); Fernando de Azevedo (1884-1974), Sociologia Educacional (1940) e A Cultura Brasileira (1950); Josué de Castro, O Problema da Alimentação no Brasil (1933) e Alimentação e Raça (1935), Condições de Vida das Classes Operárias do Recife (1935); Alfredo de Ellis Jr., Os primeiros troncos paulistas e o cruzamento euro-americano; Nestor Duarte, A Ordem privada e a organização política nacional (1939); Roger Bastide, A monografia familiar no Brasil (1941); Aquiles Aechero Jr. e Alberto Conte, Dicionário de Sociologia (1939); Emilio Willens, Revista Sociologia (1939), primeira publicação especializada e a Coletâneas Sociológicas (1940), com artigos (em português) publicados na Europa e EUA; também de Emilio Willens, Assimilação e Populações Marginais (1940), Aculturação dos

Alemães no Brasil (1946); Emilio Willens e Gioconda Mussolina, Tradição e transição numa cultura rural do Brasil (1947), Búzios Island (1946); Donald Pierson, Brancos e Pretos na Bahia (1945), Cruz das Almas: a braszilian village (1953); (PROENÇA ROSA, 2012; CÂNDIDO, 2006).

Os temas principais desta fase que marcam as pesquisas sociológicas: estudos familiares, educacionais, comunidades rurais.

13 A TERCEIRA FASE DA CONSTITUIÇÃO DA SOCIOLOGIA: 1940-1964 EM DIANTE – A CRIAÇÃO DA LOGÍSTICA E INFRA-ESTRUTURA DE PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DO CONHECIMENTO SOCIOLÓGICO

Nesta fase a sociologia se constitui e se consolida de forma definitiva e a profissão do sociólogo com a utilização de estudos empíricos e com o uso de teorias sociológicas sistematicamente fundamentadas. Segundo Antônio Cândido (2006) esse processo de consolidação da sociologia sistemática pode ser visualizada em três aspectos:

- na organização dos trabalhos;
- no novo espírito que o preside;
- nas obras realizadas.

Nesta parte da organização dos trabalhos sociológicos se observa alterações em três aspectos:

- i) no ensino;
- ii) na pesquisa;
- iii) produção.

Com a insititucionalização dos Cursos de Ciências nas Universidades brasileiras e o ensino sociológico de carácter obrigatório no ensino secundário se poder apresentar uma formação considerável de professores e profissionais pesquisadores formados neste período dos anos da década de 1940 em diante que iam abastecer as instituições de ensino normal, os cursos técnicos, e as faculdades nacionais do país e para atender os diferentes setores sociais que estavam sendo formuladas no país. No setor da pesquisa os processos de investimentos públicos e privados modificaram a natureza das ações de pesquisa devido ao fomento de instituições estatais que exigiam maior investimento no conhecimento da realidade nacional para que se pudesse realizar as formas de planejamento que o país necessitava para o seu processo de modernização. Era necessário naquele momento maior rigor sociológico e um conhecimento da realidade nacional mais racional por parte das instituições dos governos e instituições privativas. As pesquisas neste momento primavam por uma orientação que permitisse uma intervenção e favorecesse os processos de planejamento institucional, mas realizava-se pesquisas também de caráter individual de cunho acadêmico para efeitos de formação de graduação profissional, pesquisas didáticas de avaliação dos alunos e da sua

formação escolar, pesquisas de equipe com finalidades científicas e finalidades práticas para efeitos de intervenção e avaliação das realidades nacionais do campo e da cidade. Neste momento, em 1951, foram criados o Conselho Nacional de Pesquisa – CNPq, hoje, vinculado ao Ministério de Ciência e Tecnologia; em 1954, a Sociedade Brasileira de Sociologia – SBS, que realizaria seu Primeiro Congresso Nacional em 1962; a criação em 1967 da Agência de Financiamento de Estudos e Pesquisas – FINEP, também vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia; a criação da Lei de 1981 que reconheceu a profissão de sociólogo e sua regulamentação pelo Decreto de 1983 durante o Governo de João Soares de figueiredo; a Reforma Universitária de 1969 que incluiria a formação de nível de pós-graduação com a crescente institucionalização da sociologia; a criação do Centro Brasileiro de Análise e Pesquisas – CEBRAP por intermédios de profissionais que haviam sido exilados ou afastados das instituições durante o Regime Militar. Neste período seriam fundadas também uma série de organizações regionais e estaduais de Sociologia: no Rio Grande do Sul, Pará, Santa Catarina, Ceará, Paraná, Pernambuco, Brasília, com a realização dos Primeiros Congressos Nacionais de Sociologia: 1980: em Recife; 1981: em Brasília; 1982: em Fortaleza; 1984: no Rio de Janeiro.

No processo de produção editorial e de publicações científicas, a produção encontrava-se ainda em situação insuficiente – com exceção do Rio de Janeiro e São Paulo onde as trocas de informações sociológicas eram mais constantes – diante dos avanços e do aumento das produções científicas que não encontravam espaços para a circulação entre os profissionais e mesmo entre as instituições, os intercâmbios de acessos as publicações se davam em caráter pessoal, e eram muito fortuitos as situações de trocas de informações, eram mais comuns terem acessos as circulações de pesquisas estrangeiras do que do país. Mesmo assim neste período ou nesta fase se produziu:

- Revista de Sociologia;
- Revista do Museu Paulista;
- Revista Antropológica;
- Revista do Arquivo;
- Revista da Administração em São Paulo;
- Publicações da Universidade de Minas Gerais.

Neste período posterior a década de 1940 a característica do pensamento sociológico é dedicada a análise da vida social da nacionalidade brasileira e apresenta uma tendência metodológica bastante sincrética – influências de autores americanos, europeus, tendências sociológicas decorrentes dos três fundadores da sociologia: Augusto Comte, Karl Marx e Max Weber, com as suas distintas influências do positivo, sociologia crítica e compreensiva. Os principais autores estrangeiros que influenciaram o pensamento nacional neste período foram:

- Escola de Chicago: Giddings, Talcolt Parson;

- Franceses: Emile Durkheim, Marcel Mauss, Raymond Boudon, Pierre Bourdieu, Bastide;
- Alemães: Max Weber, Karl Mannheim, Escola de Frankfurt.

Antônio Cândido sintetiza bem a característica desta fase do pensamento sociológico com a avaliação do perfil de um dos autores mais influentes de período: Florestan Fernandes. Ele diz:

> (...) Florestan Fernandes aprofunda nos apontamentos onde toma posição por uma sociologia empírica baseada no acúmulo metódico de dados segundo diretrizes hipotéticas definidas a fim de fornecer base para as operações indutivas que analise em suas várias modalidades tanto sob o aspecto quantitativo como sob o qualitativo. A posição do autor é compreensiva e despida de dogmatismo norteadas por convicções já manifestas no trabalho anterior de que a sociologia só marchará para formas mais rigorosas de explicações se persistir na análise de situações delimitadas por meios de processos empíricos. O trabalho de Florestan Fernandes representa o sinal de que realizamos no Brasil por vários modos a marcha da Sociologia à busca do caráter científico: restrição do campo [de estudo], definição do objeto, e determinação do método. (CÂNDIDO, 2006, p. 295).

E continua o mesmo autor Antônio Cândido:

> Hoje é possível a formação do sociólogo entre nós devido à organização do ensino e relativa densidade do meio científico e solicitação crescente da sociedade em fase de grande progresso técnico e consequente racionalização nos setores administrativos, assistencial e de planejamento. É fora de dúvida que a Sociologia brasileira já existe como bloco, o que se verifica pela posição internacional que vem adquirindo aos poucos. Até aqui, projetava-se fora do país este ou aquele sociólogo, destacando como exceção graças ao mérito pessoal, hoje sem prejuízo disso, é a nossa sociologia que começa-se a projetar-se em conjunto (CANDIDO, 2006, p. 301).

Neste período de 1940 em diante os autores mais influentes foram: Mário Lins, Guerreiro Ramos e Florestan Fernandes. Os demais sociólogos que exerceram influência no pensamento sociológico: Darcy Ribeiro (1922-1997); Octávio Ianni (1926-2004); Fernando Henrique Cardoso; Hélio Jaguaribe de Matos; Reginaldo Prandi; Azis Simão (1912-1990); Leôncios Martins Rodrigues; Milton Santos (1926-2001); Adalberto Moreira Cardoso; Otávio Guilherme Cardoso Alves Velho; Juarez Brandão Lopes.

14 A UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE E O CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS: CARACTERÍSTICAS DO SOCIÓLOGO, PERFIL, HABILIDADES E COMPETÊNCIAS PARA O MUNDO CONTEMPORÂNEO NACIONAL E REGIONAL

Os sistemas políticos, como já dissemos, são sistemas sociais orgânicos, uma organização social, por assim dizer, o próprio conceito de sociedade compreende e comporta a sua dimensão orgânica de organismo social, isto é, de que uma sociedade é uma composição de partes inter-relacionadas articuladas de maneira funcional com o todo estruturante. Toda tradição da filosofia social dos contratualistas está embebida por esta concepção com seu entendimento de que a sociedade é uma estrutura social composta de partes sociais que lhes são interdependentes. Toda a sua dinâmica, toda a sua organização orgânica funcional foi constituída pelos pensadores da modernidade – a

ilustração, os renascentistas, os enciclopedistas, os iluministas – com a compreensão de que a dimensão do social é regulada por leis invariáveis – a lei do progresso e/ou do regresso – e de que a garantia do processo progressivos para ser resguardo precisaria equilibrar e equacionar três componentes inerente à força do progresso – a razão, o princípio moral e o planejamento institucional – que permitiria a melhoria material e tecnológica, a evolução social, e a igualdade de direitos de condições de existência das pessoas que são partes integrantes de suas unidades funcionais. As pessoas como parte da estrutura social correspondem a menor unidade organizativa ou organizacional desta grande estrutura que é a sociedade. As pessoas, por sua vez, ao associarem-se, reunirem, acrescentarem-se, em agregados maiores passam a formar categorias sociais profissionalizantes que compõem e/ou correspondem as partes funcionais da estrutura social com suas atividades definidas e delimitadas por tarefas técnico-científicas ou experimentais, manufaturas, ofícios, com suas modalidades disciplinares de realização das mesmas para que cumpram as funções necessárias à manutenção da vida social (SPENCER, 1883). Todo o sistema político funcional tem tendência orgânica ou tem uma tendência de desorganização.

O processo de conhecimento, o ensino, a aprendizagem, a ciência racional, é parte do sistema político social. Na verdade todo sistema político social é um sistema de conhecimento formado por categorias, grupos sociais profissionalizantes, estamentos sociais, camadas sociais e os mais diferenciados ofícios trabalhistas. Estes grupos sociais, estas categoriais sociais se desenvolveram ao longo do processo histórico de progresso humano em suas dimensões materiais, técnicas, tecnológicas e morais, levando em conta preceitos e princípios éticos para atender as necessidades e as demandas da configuração social no sentido da promoção do progresso humano material e ético para a existência vivencial do sistema político. No caso do desenvolvimento dos sistemas políticos a partir do contexto histórico do sistema antagônico que se inicia no século XII a. C. todos os procedimentos e relações sociais foram marcados, caracterizados e desenvolvidos em contextos de conflitos sociais, de disputas de interesses e disputas de poder político e econômico, por prestígio, por ganância e por inveja, por poder e por dinheiro. No decorrer de todos estes séculos que nós conhecemos atualmente como o período contemporâneos as composições e os grupos sociais se desenvolveram tendo os conflitos como situação de crise e crítica permanente que resultaram na configuração que temos hoje para todas as situações funcionais e categoriais profissionalizantes dos grupos e das profissões, com dois grandes sistemas sociais: os sistemas capitalistas e os sistemas socialistas ou de tendência socialista.

Na situação da composição e da formação do corpo social da ciência social – a sociologia e os sociólogos – essa situação não foi diferente para esse tipo de profissional, para essa categoria do saber. Como vimos anteriormente, a racionalização da vida social e do mundo humano embora tenha sido iniciada pelos gregos da Grécia antiga ela encontrou obstáculos durante toda a Idade Média –

considerado o período do obscurantismo por sua aversão a ciência racional e uso teológico como guia das condutas humanas e explicações sociais – e novamente prosperou a partir na verdade do século X e XI com a emergência dos burgueses, nova categoria social e classe social que procedia trazendo a razão humana como conduta de sua ação. No século XIX, o conhecimento racional do mundo social e mundo humano ganhou um estatuto científico que perdura até os dias atuais com seus sistemas de princípios e preceitos teórico-práticos sistematizados e procedimentos metodológicos definidos a partir dos usos de variadas técnicas observacionais de verificação-observação dos vestígios dos artefatos empíricos dos fatos e fenômenos sociais. Mesmo com seu arcabouço científico bastante estruturado sistematicamente e metodologicamente a sociologia com seu rigor científico – e tendo a sociedade como laboratório observacional e experimental de suas investigações – uma vez que a sociedade é uma realidade explícita – não conseguiu uma intervenção sistemática nos sistemas políticas que seja compatível com seu conhecimento produzindo no contexto do mundo contemporâneo. Ela ainda encontra obstáculos no próprio campo científico social uma vez que sua formulação inicial se desenvolveu em um contexto de sistema político antagônico e o antagonismo foi incorporado pelo campo científico social como componente da ciência social e não como um fato patológico pertencente a sociedade capitalista emergente daquele período do século XIX e além disso a ciência social por muito tempo foi tida pelo pensamento teológico dogmático como uma área do conhecimento que não incorporava cientificidade uma vez que naquele momento em que a sociologia emergia com Augusto Comte, os seus fundadores não se deram conta de que as formas de percepção de manipulação, de falsidades que povoavam muitas das mentalidades sociais – o que induzia a se considerar a ciência social como imprópria devido a complexidade das formas de percepção e variedades de pontos de vistas – eram resultados dos sistemas egoísticos – um fato social – que deveria ser investigado e não que o antagonismo fosse concebido como parte componente do pensamento sociológico e de que esse conhecimento seria sempre definido por antagonismos de posições. Esse foi um dos principais motivos que fez com que a sociologia carecesse de maior intervenção nas definições dos processos progressivos da condição humana – o que permitiu que as ações em contrários fossem sempre regressivas – além disso, muitas categorias sociais como já indicamos em textos das pesquisas anteriores, foram mal definidas ou foram elaboradas de forma incompreensível ou como forma inteligível insuficiente de explicação da realidade social mais por falta de perícia do que de ausência da razão ou racionalidade da ciência social, porque essa garantia da razão da ciência social já havia sido estabelecida de forma bastante rigorosa na filosofia social pelos gregos antigos.

Neste sentido poderemos observar que a trajetória de constituição do conhecimento social – a sociologia e a profissão do sociólogo – encontrou como principal obstáculo para o seu desenvolvimento inicial o pensamento teológico que desconsideravam esse saber social como

destituída de domínio científico, mas as condições históricas gregos antigos e todo o movimento burguês que emergiu desde o século XI e XII trazendo a necessidade de valorização do mundo humano e do pensamento racional fez com que os próprios monastérios de onde se proliferou a necessidade de surgimentos das universidades ocidentais fossem se constituindo como referência do pensamento racional que emergiu inicialmente nas áreas das ciências naturais com seus efeitos nas tecnologias materiais das atividades produtivas e econômicas dos mercados e posteriormente nas organizações sociais que demandavam reformas administrativas e institucionais através dos quais seriam possíveis promover as mudanças necessárias daquele mundo obscurantista que se extinguia e se finalizava. As primeiras universidades (universidade, do latim, significa associação de ofícios) ocidentais surgem no século XII com o objetivo da produção do ensino ou com a função de ensino do conhecimento acumulado daquele contexto histórico. Elas inicialmente tiveram uma atuação de ensino mais escolásticas e retórica com a preparação da linguagem e formas de oratórias. A primeira geração das universidades medievais tinha como principais cursos: Direito, Medicina, Artes (Ofícios), Teologia. Na Itália foi onde se criou a primeira universidade: a Universidade de Borgonha, a mais antiga da Europa Ocidental, criada em 1.108, depois a Universidade de Paris, em1.211, a Universidade de Oxford, em 1.249. Neste momento a principal função das universidades na sua condição de produção de ensino era formar as elites aristocráticas para a realização dos ofícios administrativos das estruturas institucionais das monarquias absolutistas e o pessoal que detinha o poder político e econômico daquele período. Os monarquistas e clérigos do catolicismo, eles mesmos consideraram a necessidade de intelectuais disponíveis para os cargos institucionais. Essa forma de ensino baseada no escolasticismo deslocado das necessidades materiais vão sofrer paulatinamente críticas dos intelectuais modernos com o Renascimento – a partir do século XV – para que as universidades se voltem mais para atender as necessidades materiais e sociais da vida humana. Nesse sentido vão se constituindo independentemente das universidades instituições de produção de conhecimento como o Colégio de Leitores Reais, em 1530 – hoje Colégio de França. Com a Revolução Francesa e com Napoleão no Poder Frances as universidades passam a ter a necessidade de formação de profissional para atender o processo de modernização nacional a partir do conhecimento positivista no contexto da modernidade que surge com a Revolução Industrial no século XVIII e XIX.

Esse contexto da modernidade que se inicia a partir do século XV, isto é, com a concepção racionalista dos enciclopedistas da possibilidade de um avanço da humanidade para a perfeição social e humana através do uso da razão como guia da ação social para o avanço do progresso material e moral (NISBET, 1991), ele é importante porque é a partir desse movimento racionalista e das suas condicionantes intelectuais e racionais inerentes é que vai definir toda a constituição e estruturação

das universidades levando em conta o contexto da modernização e da modernidade e os desafios que o conhecimento apresenta-se para aquela sociedade que emergia a partir do século XIX.

No Acre o movimento que motivou a constituição da universidade regional foi o mesmo que impulsionou a constituição do sistema educacional em escala nacional, o de garantir um processo de modernização que elevasse a região aos níveis de modernidade e desenvolvimento econômico diante do contexto do processo de industrialização que atingiu o país a partir sobretudo da década de 1930. A necessidade de desenvolvimento científico e tecnológico passou a ser uma exigência cada vez mais importante para o progresso nacional e as instituições de ensino superior aparecem como o instrumento institucional mais eficiente e mais premente para garantir a formação e profissionalização da força de trabalho através do ensino, da pesquisa e da extensão (MACIEL, 2017) que o processo de desenvolvimento econômico e social exigia para tirar as organizações estatais e as organização trabalhistas do atraso que o a período colonial havia deixado como herança para a nação, e no caso do Acre, que a condição de Território havia deixado também para o Estafo Federal do Acre com sua elevação a condição de unidade da União, em 1962. Naquele momento as autoridades acreanas locais consideraram o entendimento da importância da criação do ensino superior na região, examinaram, observaram, ponderaram, apreciaram que sem o ensino superior seria difícil resolver os problemas e as dificuldades locais dos administradores do Estado e do processo de desenvolvimento econômico e social com à ausência de qualificação profissional e de mão de obra na região. No ano de 1964, no dia 25 de março, foi criado a Faculdade de Direito (Decreto Estadual, nº 187 – publicado no Diário Oficial do Estado, no dia 4 de abril do mesmo ano, reconhecida pelo Parecer n. 660 de 04.09.1970 e pelo Decreto Presidencial n. 67.534 de 11.11.1970) através do trabalho parlamentar do professor Omar Sabino de Paula que na época era deputado estadual sendo o primeiro Reitor o promotor público Jersey Nazareno de Brito Nunes. No ano de 1968 seria criada a Faculdade de Ciências Econômicas, em seguida, os Cursos de Letras, Pedagogia, Matemática (Licenciatura plena) e Estudos Sociais (licenciatura curta). Estes cursos destas faculdades dariam criação ao Centro Universitário do Acre que se transformaria na Universidade do Acre em 22 de janeiro de 1971 com vínculo a administração indireta do governo federal na forma de regime de fundação. No ano de 1974, no dia 05 de abril, a Universidade do Acre é federalizada através da Lei 6.025 produzida naquele mesmo ano, sendo denominada de Universidade Federal do Acre. Nestes períodos iniciais de constituição e profissionalização dos cursos universitários – especialmente a sociologia – as estruturas organizacionais destas Instituições Federais de Ensino Superior estavam organizadas em forma de Institutos e de Faculdades. A partir de 1979, a estrutura organizacional passa para a forma de Departamentos Acadêmicos. Entre 1979 a 2006, os cursos estavam organizados em 13 Departamentos Acadêmicos:

- Departamento de Ciências Agrárias e Tecnológicas;

- Geografia;
- Departamento de Educação;
- Departamento de Direito;
- Departamento de Ciências da Saúde;
- Departamento de Educação Física e Desporto;
- Departamento de Ciências da Natureza;
- Departamento de Matemática e Estatística;
- Departamento de Letras; x) Departamento de Economia;
- Departamento de Filosofia e Ciências Sociais; Departamento de História;
- Departamento de Engenharia Civil. Estes Departamentos Acadêmicos, a partir de 2004, passaram a estrutura organizacional de Centros.

Os Departamentos foram transformados em 6 Centos:

- Cento de Filosofia e Ciências Humanas;
- Cetro Ciências Jurídicas e Sociais Aplicadas;
- Cetro Ciências Exatas e Tecnológicas;
- Centro Ciências Biológicas e da Natureza;
- Centro Ciências da Saúde e do Desporto
- Centro Educação, Letras e Artes (PDI-UFAC, 2006-2010, p. 21-25).

No ano de 1990, o reitor da Ufac Lauro Juliaão de Souza Sobrinho através da Resolução n. 12 de setembro de 1990 aprovou a criação dos Cursos de Licenciatura Plena em Biologia, Educação Física – Licenciatura Plena e Bacharelado – e Ciências Sociais – Licenciatura Plena e Bacharelado – e a reformulação do Curso de Ciências, em razão da Resolução n. 10 de 6 de novembro de 1990, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPX que havia aprovado os projetos de criação destes referidos. A ciência social – a ciência de direção e orientação da sociedade se estabelece na Universidade Federal do Acre em 1990 (UFAC, 2017).

15 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ciência social – a sociologia – é um conhecimento sistemático, coerente, racional, que se orienta por processos cognitivos, de análise, síntese, de juízo, inteletível, de julgamento, de diagnósticos de maneira metodológica e sistemática através de procedimentos que foram acumulados racionalmente por meio de uma epistemologia social, de uma filosofia social, inicialmente, e posteriormente sociológica para compreensão da estrutura social, do mundo social humana, nas suas bases e fundamentos ontológicos, experienciais, experimentais para a partir deles instrumentos teóricos, técnicos e práticos poder conhecer o mundo humano e natural de maneira compreensível, intelegível baseado na experiência histórico através dos encadeamentos dos eventos, dos

acontecimentos dos fatos e fenômenos e do modo de como eles foram se constituindo e tecendo as suas estruturas microssociais pelos procedimentos das ações sociais das pessoas com o estabelecimentos de suas estruturas consequentes que trouxeram seus efeitos consecutivos a partir das modalidades de práticas concretais orientadas pelos sentidos pragmáticos e utilitaristas que lhes foram dando significados estruturantes para as formações institucionais e seus alicerces materiais que lhes subjaziam como suportes prescritivos e objetivos das maneiras de ser, expressando as maneiras de ser, de pensar e agir que estavam contidas nelas e que se materializavam de acordos com suas correspondências simultâneas de coexistências que habitavam nos procedimentos que se desenvolviam nas formas de ações sociais. Todos estes procedimentos apreendidos pelas formas experimentais e empíricas foram sistematizadas e organizadas de maneira a permitir por meios de seus processos acumulativos de conhecimento sistemático de que a vida social, o social, objeto de estudo da ciência social – da sociologia – a ciência da direção, organização e desenvolvimento das sociedades humanas – é uma estrutura social que contém um carácter prescritivo e objetivo e que é, portanto, invariável, isto é, contém em sua própria estrutura macrossociológica e microssociológica leis invariáveis – do progresso humano ou do regresso humano – que é possível prever assim como assinalou Augusto Comte quando disse que a sociologia é uma ciência matemática, uma física matemática.

Todos esses procedimentos desenvolvimentos teórico-metodológico-prático-experimental-empírico permitiram compreendes, entender que as estruturas afetivas que dão a consonância das estruturas de peso de radicalidade extremadas de uma política econômica de preservação da vida humana através das condições necessárias e possíveis para a sua existência em plenitude a partir do nível de conhecimento e consciência que o intelecto é capaz de produzir e confeccionar transformando matéria natural em artefatos de utilidade e pragmaticidade para a existência da vida têm como entendimento a valorização da vida como um bem em si da existência em níveis de consciência e entendimento humano e do que ela representa se comparado a um ser que antes era destituído de consciência tal qual os hominídeos e que por um salto evolutivo alcançaram o estatuto de hominídeos humanos quando ao verem suas crianças tão belas encheram-se de tanto afeto e estima que desejaram nunca mais viverem apartados delas. A política é portanto o fator por excelência da pessoa através do qual essa consideração torna-se viável em matéria de realidade social, pois a ela corresponde a primazia em absoluto de direcionamento e condução da vida que transforma-se em realidade social por seus meios e fins empregados para a consecução dos objetivos que ela condiz por sua própria natureza política, uma vez que o objetivo da política, em uma palavra, é a libertação do humano para a elevação máxima do bem-estar social em plenitude da pessoa (ARENTD, 2004).

Exatamente preenchido por esse sentimento foi que se constituiu uma estrutura psiquicofisiológicosocial composta de consciência intelectiva e adensada por níveis racionais de criatividade e entendimento capazes de expandirem-se simultaneamente diante dos processos de

identificação dos fenômenos de adaptação e ajustamento evolutivo em termos de desenvolvimento social e material para construírem um mundo social tendo a vida como bem supremo a partir do conhecimento científico, em que somente as estruturas de afetividade da consciência são capazes de produzir, pois as estruturas de afeto e afetividades aquelas que estruturam os procedimentos de conhecimento e conferem os níveis de racionalidade e criatividade dos mecanismo psiquicofisiológicosocial da condição do humano fazendo tal conhecimento avançar a partir do entendimento de uma visão que observa que a estrutura da vida na planície terra contém todas as condições materiais para sua sobrevivência e sustentação, manutenção e vivencia em níveis e graus elevados de plenitude no sentido da satisfação material e condições sociais de equilíbrio para a vida em coletividade que a própria natureza social requer e condiciona.

Os processos psiquicofisiológicosocial que se desenvolvem a partir dos contatos com o meio ambiente natural e social atiçando uma vida criativa e de conhecimento consciente de saber sobre o mundo e as coisas que lhe rodeiam desprendem simultaneamente as propriedades fatoriais de que se compõe a pessoa do ponto de vista da vida social. Tais fatores sociais em número de ´seis – o político, econômico, religioso, cultura, consciência ou espírito de consciência, o social – que foram se constituindo e chegaram a sua estruturação final e acabada à medida em que a vida social progredia e se estabelecia como partes constitutivas da pessoa e se expressavam em facetas setoriais que se definiam em tipos específicos de componentes sociais de natureza temática, se podendo dizer, como responsáveis pela totalidade do conjunto da vida em sociedade. Os fatores da pessoa obedecem, por assim dizer, às exigências de todas as condições daquilo que seriam necessárias para a existência da condição da vida social em termos de preservação da vida e do bem-estar material dos grupos ou agregados humanos. Estes fatores sociais são responsáveis por sua vez pela definição de propriedades-componentes característicos dos pontos-ótimos dos processos adaptativos e de ajustamento de acordo com o avanço social que passam a guiar e mobilizar a conduta das pessoas no que concerne as atitudes e motivações definindo feixes de propriedades diretivas que se estruturam em sistemas, os sistemas sociais, em que modalidades de condutas ou de comportamentos diretivos à base de considerações intelectivas que asseguram seu grau de objetividade constituem postulações prescritivas de objetividade de modelagens comportamentais em graus de atitudes e em termos de modalidades de práticas que garantem a coesão social e asseguram os objetivos, princípios e preceitos de sociabilidade que permitem a vida social com todos as suas condições materiais de existência, criando uma mentalidade consciente acerca das propriedades e modalidades de práticas que a existência requer, pois os gregos já sabiam que se não fosse assim, os desdobramentos da condução da vida social seguiriam rumos certamente desalentadores ou desafortunadores para a existência da vida, posto que os preceitos diretivos que definem a dimensão do social podem variar em termos de sistemas sociais em razão da forma como o social é permeado por suas

propriedades componentes ou aspectos compositivos que o definem os quais informarão as formas de interação e modalidades de sociabilidades entre as pessoas.

Todo dimensão e extensão da vida social da condição humana têm nas estruturas de afetividade de pesos de radicalidade extremadas a fonte de todo o processo de condição humana e compreende todo o saber inteligível, a começar pelas estruturas intelectivas que funcionam com racionalidade máxima por sua própria natureza afetiva uma vez que são as estruturas de vida que asseguram os níveis científicos de identificação e constatação explicativa dos fenômenos e a diferenciação dos fatos para a elaboração de artefatos materiais tecnológicos em termos de equilíbrio para a satisfação e utilidade da existência viva.

REFERÊNCIAS

ARENDT, Hannah. Da Revolução. Tradução: Fernando Dídimo Vieira. Brasília: Editora Universidade de Brasília, co-edição com a Editora Ática, 1988.

BALTAR, Ronaldo e BALTAR, Cláudia Siqueira. A profissão do sociólogo. Revista Brasileira de Sociologia. Vol. 5, nº 10, 2017 (disponível: http://www. rbs.sbssociologia.com.br/ - pesquisa google).

BARY, John B. La idea de progresso. Madri-España: Alianza Editorial S. A., 1971

CÂNDIDO, Antônio. A Sociologia no Brasil. In: Tempo Social. Revista de Sociologia da USP. vol. 18, n. 1, junho de 2006.

BOURDIEU, Pierre. Coisas ditas. Tradução de Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.

CPDI-PDI. COMISSÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL. Plano de
desenvolvimento institucional (PDI) – 2006-2010. Rio Branco, AC: UFAC, 2006. 92p.

DAHRENDORF, Ralf. O homo sociologicus. Tradução de Manfredo Berger. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1969.

FINLEY. Moses I. La Grécia Antigua: economía y sociedad. Traduccíon castellana de Teresa Sempere. España-Barcelona: Editorial Critica-Grupo Editorial Grijalbo, 1984.

. Grecia Primitiva: la edad de bronze y la arcaica. 3ª Ed. Argentina- Buenos Aires: Eudeba, 2007.

Giddens, Anthony. As conseqüências da modernidade. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GINER, Salvador História del pensamento social. 3ª Ed. Barcelona-Esapaña: Editora Ariel S.A,1982.

HOSTOS, Eugenio Maria de. Tratado de sociologia. Madri-España: Imprenta de Baille-Bailliere e Hijos, 1904.

MACIEL, Alderlândia da Silva. A Universidade e o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão: utopia ou realidade. Rio Branco: Edufac, 2017.

MEUCCI, Simone. A institucionalização da sociologia no Brasil: os primeiros manuais e cursos. São Paulo: Unicamp, 2000.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2004.

MORAES FILHO, Evaristo. A regulamentação da profissão de sociólogo. Rio de Janeiro: 1980. (texto datilografado)

MUCCHIELLI, Laurent. O nascimento da sociologia na Universidade francesa (1880-1914). Brasil: Revista Brasileira de História, vol. 21, n° 41.São Paulo: Cidade Universitária, 2001.

NISBET, Robert. Historia de la idea de progreso.. Traduccion: Henrique Hergewicz. España-Barcelona: Editorial Gedisa, 1991.

PIRENNE, Henry. Las ciudades de la Edad Media. Madri-España: Alianza Editorial S.A., 1982.

PLATÃO. Apologia de Sócrates. O Banquete. São Paulo: Martins Claret, 2009.

PROENÇA ROSA, Carlos Augusto de Proença. História da ciência: da antiguidade a renascença. 2ª ed. Brasília: FUNAG, 2012.

.História da ciência: o pensamento científico e a ciência no século XIX. 2ª ed. Brasília: FUNAG, 2012. Volume II Tomo II.

. História da ciência: a ciência e o triunfo do pensamento científico no mundo contemporâneo. 2º Ed. Brasília: FUNAG, 2012. Volume III

. História da ciência: a ciência moderna. 2ª ed. Brasília: 2012. Volume II Tomo I.

SPENCER, Herbert. Princípios de sociologia. Traduccion: Eduardo Garzola. Tomo I. España-Madri: Saturnino de Calleja, 1883.

UFAC-Universidade Federal do Acre. Projeto Pedagógico Curricular do Curso de Ciências Sociais – Bacharelado e Licenciatura. Rio Branco: Centro de Filosofia e Ciências Humanas, 2017.

WEBER, Max. Ciência e política: duas vocações. São Paulo: Martins Claret, 2005.

Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. Trad. Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. 3ª Ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000. Vol. I e II.